



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**A CHINA INFLUENCIOU A REDUÇÃO DA POBREZA MUNDIAL NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI?**

SHARON CELESTE ARAUJO GASTAÑAGA

Foz do Iguaçu
2022

**A CHINA INFLUENCIOU A REDUÇÃO DA POBREZA MUNDIAL NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI?**

SHARON CELESTE ARAUJO GASTAÑAGA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: prof. Dr. Fábio borges

Foz do Iguaçu
2022

SHARON CELESTE ARAUJO GASTAÑAGA

**A CHINA INFLUENCIOU A REDUÇÃO DA POBREZA MUNDIAL NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Prof. Dr. Fábio Borges
UNILA

Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo
UNILA

Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero
UNILA

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Sharon Celeste Araujo Gastañaga
Relações Internacionais

Tipo de Documento

- | | |
|---|--|
| ☒ graduação | ☐ artigo |
| ☐ especialização | ☒ trabalho de conclusão de curso |
| ☐ mestrado | ☐ monografia |
| ☐ doutorado | ☐ dissertação |
| | ☐ tese |
| | ☐ CD/DVD – obras audiovisuais |
| | ☐ Outro |

Como a China influenciou a redução da pobreza mundial no início do século XXI

Prof. Dr. Fabio Borges

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a): Sharon Celeste Araujo Gastañaga

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública [Creative Commons Licença 3.0 Unported](#).

Foz do Iguaçu, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Responsável

Foz do Iguaçu, ____ de ____ de 2022

AGRADECIMENTOS

Escrever estes agradecimentos me trazem a memória toda a história da finalização deste curso, que para mim, foi mais do que apenas uma conquista acadêmica, mas uma experiência de vida. Quero deixar registrado o derrame que sofri no 6º período, segundo semestre de 2019, que me forçou a interromper os estudos por tempo indeterminado, e que foi acompanhado pela pandemia de 2020. Considerando estes ocorridos e seus desafios, escrever estes agradecimentos é uma vitória pessoal, e sou grata por poder escreve-los.

Por isso, em primeiro lugar agradeço a meu Deus, que me deu a força necessária para perseverar tanto na vida cotidiana como na conclusão do curso universitário.

Agradeço, obviamente, a minha família que foi a base de tudo, em específico minha irmã Mauren e meu cunhado Lucas, que me acolheram na sua casa durante a pandemia e até a finalização da universidade. Eles me proporcionaram suporte emocional, psicológico e me deram uma casa. A minha mãe, que mesmo longe conseguiu me incentivar na escrita do TCC, e me abraçar quando cogitei em desistir.

Agradeço igualmente ao meu tio Pepe e minha tia Delia, que sempre se preocuparam em me enviar dinheiro, sem o apoio financeiro deles este trabalho não seria possível, pois estaria ocupada demais trabalhando.

Agradeço, também, ao meu noivo Fernando, por todas as vezes que me impeliu a escrever, suas leituras e revisões. Seu apoio foi essencial nos últimos meses.

ARAUJO, Sharon Gastañaga. Como a China influenciou a redução da pobreza mundial no início do século XXI. Trabalho de Conclusão de Curso Relações Internacional e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar a influência chinesa na redução da pobreza mundial no início deste século, e busca observar as características que tornam o país protagonista na causa da pobreza, considerando seu significativo crescimento econômico, que permitiu a reemergência do país no sistema internacional, e a própria experiência chinesa de erradicação da extrema pobreza em seu território, fato que se deu no meio da pandemia de Covid, o que ressalta ainda mais essa admirável conquista. Para isso, o trabalho se inicia apresentando o conceito de pobreza e sua utilização na definição de desenvolvimento, uma vez que se pode medir a pobreza levando em conta suas diferentes faces. Também se apresenta a dita redução da pobreza mundial nas últimas décadas, e o processo pelo qual passou a China para chegar a ser a segunda economia do mundo, ressaltando que estes dois fenômenos ocorreram paralelamente. O trabalho segue com a observação da experiência chinesa de erradicação da pobreza extrema, analisando suas estratégias e programas de redução da pobreza. O texto finaliza com a retomada dos aspectos que ao longo do trabalho se destacaram, e são os que colocam a China como uma facilitadora da redução da pobreza mundial.

Palavras-chave: Pobreza mundial; China; Inserção chinesa; Redução da pobreza.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo identificar la influencia china en la reducción de la pobreza mundial a principios de este siglo, buscando las características que hacen de China, un país protagonista en la causa de la pobreza, considerando su importante crecimiento económico, que permitió el resurgimiento del país en el sistema internacional, y su experiencia de erradicar la pobreza extrema en su territorio, hecho ocurrido en medio de la pandemia de la Covid, lo que resalta aún más este admirable logro. Para ello, el trabajo comienza presentando el concepto de pobreza y su uso en la definición de desarrollo, ya que la pobreza puede medirse teniendo en cuenta sus diferentes caras. También presenta la llamada reducción de la pobreza mundial en las últimas décadas, y el proceso por el que pasó China para convertirse en la segunda economía del mundo, enfatizando que estos dos fenómenos ocurrieron en forma paralela. El trabajo continúa con la observación de la experiencia china de erradicación de la pobreza extrema, analizando sus estrategias y programas de reducción de la pobreza. El texto finaliza con la reanudación de aspectos que se destacaron a lo largo del trabajo, y son los que sitúan a China como facilitador de la reducción de la pobreza mundial.

Keywords: Pobreza mundial; China; Inserto chino; Reducción de pobreza.

ABSTRACT

This work aims to identify the Chinese influence in reducing world poverty at the beginning of this century, and seeks to observe the characteristics that make the country a protagonist in the cause of poverty, considering its significant economic growth, which allowed the country's reemergence in the international system, and the Chinese experience of eradicating extreme poverty in its territory, a fact that took place in the midst of the Covid pandemic, which highlights this admirable achievement even more. For this, the work begins by presenting the concept of poverty and its use in the definition of development, since poverty can be measured taking into account its different faces. It also presents the so-called reduction of world poverty in recent decades, and the process through which China passed to become the second economy in the world, emphasizing that these two phenomena occurred in parallel. The work continues with the observation of the Chinese experience of eradicating extreme poverty, analyzing its poverty reduction strategies and programs. The text ends with the resumption of aspects that stood out throughout the work, and are those that place China as a facilitator of world poverty reduction.

Keywords: world poverty; China; Chinese insert; Poverty reduction.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A POBREZA NO MUNDO DE 1970 A 2010	14
2.1 O ENTENDIMENTO DA POBREZA.....	15
2.2 A REDUÇÃO DOS NÚMEROS	17
2.3 PANORAMA REGIONAL.....	24
2.4 O AUMENTO DA DESIGUALDADE	27
3. CRESCIMENTO CHINÊS.....	29
3.1 O PRIMEIRO MOMENTO (1978 – 2000)	30
1.5 O SEGUNDO MOMENTO (1990)	36
1.6 O TERCEIRO MOMENTO (2000 – 2010).....	40
4. A REDUÇÃO DA POBREZA NA CHINA	44
4.1 A REDUÇÃO A PARTIR DA AGRICULTURA.....	46
1.7 A REDUÇÃO A PARTIR DA ABERTURA.....	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
6. REFERÊNCIAS.....	67

1. INTRODUÇÃO

No início do ano passado, fevereiro de 2021, em pleno advento da pandemia de Covid 19, a China anunciou orgulhosamente a erradicação da pobreza extrema de seu território. Sendo o primeiro país a alcançar o primeiro objetivo de desenvolvimento sustentável da ONU, dez anos antes do prazo previsto, tornando-se um marco na história do combate à pobreza no mundo. Desde o início do Partido Comunista Chinês, a luta contra a pobreza extrema foi considerada uma das principais metas do governo, e norteou o planejamento do desenvolvimento do país¹. E apenas agora, depois de um período de Reformas Econômicas, iniciado após a morte de Mao Tse-tung, o país atingiu sua meta.

Essa conquista se deu justamente no período de maior crescimento da China, em 1978 a China tinha um PIB de 149,5 bilhões de dólares, e em 2010 tinha chegado a 6 trilhões², a economia cresceu a uma média de 10% a. a. Esse impressionante crescimento em tão pouco tempo, teve um significativo impacto na vida da população chinesa, com o aumento da escolaridade dos jovens, da infraestrutura do país, e a priorização de zonas rurais afastadas no projeto de desenvolvimento econômico. Viu-se assim, um extraordinário crescimento econômico atrelado a uma substantiva redução da pobreza no país. Nesse sentido, buscamos conhecer como a China conseguiu tal êxito, e como esse processo impacta o combate à pobreza no mundo.

Com esse tema em mente, nos propomos a tentar responder à pergunta se a China influenciou na redução da pobreza mundial no início do século XXI? Diminuição da pobreza relacionada com crescimento econômico é um tópico interessante, pois nos leva a pensar como esse crescimento pode influenciar uma pauta global, como é o combate à pobreza. A China, em 1977 tinha uma expectativa de vida de 65 anos, e em 2010 havia alcançado a marca de 75 anos, e com uma renda nacional bruta (RNB) per capita, de 200 dólares para 4.340 dólares no mesmo período³. As melhorias nos indicadores de desenvolvimento humano da China, só foram possíveis com o crescimento de sua economia.

No entanto, como já afirmava o primeiro relatório anual do PNUD em 1990, não existe um vínculo automático entre o crescimento econômico e o progresso humano. Nesse sentido, a China também é um interessante exemplo, uma vez que, o modelo de desenvolvimento com

¹ STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE. China and the World in the New Era. 2019. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2019-09/27/c_138427541.htm.

² Dados do Banco mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=CN>

³ Idem. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?locations=CN>

características chinesas é diferente do que comumente é posto como o caminho para o desenvolvimento, mas ainda assim logrou alcançar tal resultado, muito antes do qualquer outro país. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento chinês é um campo que está sem conclusões definitivas, e exige o trabalho dos pesquisadores da área. Assim, considerar que o crescimento econômico da China, nos últimos 30 anos, foi resultado de sua economia planificada e centralizada, é um exercício de reflexão sobre crescimento econômico e redução da pobreza

Este é um dos tópicos mais complexos da atualidade da Economia Política, a compreensão do modelo de desenvolvimento com características chinesas, devido ao resultado que trouxe para a China. Dessa forma, igualmente queremos entender como esse tipo de desenvolvimento impacta o combate global a pobreza. Ao se pensar na influência que a China pode exercer no combate global a pobreza, somos apresentados a novas e diferentes perspectivas de desenvolvimento e crescimento econômico. Para isso é necessário ir além da configuração econômica, mas considerar que se trata de um país com uma história milenar, com uma cosmovisão diferente do ocidente, um país singular.

Pensar na redução da pobreza mundial, e a participação chinesa nesse processo, permite tocar em temas, que naturalmente são dados como verdadeiros, como por exemplo, a importância do livre comércio, e da abertura da economia com a minimização do Estado, preceitos neoliberais. No entanto, este trabalho é exatamente para observar mais atentamente esses pressupostos. Uma vez que, a China exemplifica bem o conceito de como as decisões políticas, particularmente as intervenções estatais na economia, conseguem moldar o desenvolvimento de um país. Acredito que esta intenção é bastante válida, pois é um trabalho simples e completo, que pode ajudar futuros estudantes, proporcionando um caminho já trilhado e amplo, onde se pode observar o todo, e então, escolher qual parte aprofundar.

Realmente, o tema China é um assunto muito amplo, e que não foi visto com toda essa amplitude no curso. Foi em uma das disciplinas ao estudar sobre a Guerra Fria que tivemos que ler um texto de Marco Cepik (2017), em que o autor comentava o cenário de declínio do poder hegemônico dos Estados Unidos. Nesse texto, o autor fez uma afirmação que foi o início desta pesquisa, disse “ela (China) responde de maneira progressista a uma demanda (e a uma tendência) de redistribuição de riqueza e poder no sistema”⁴. Ficou claro que tremendo processo de desenvolvimento econômico interfere no sistema internacional, e de forma progressista.

⁴ O autor faz essa afirmação em seu artigo: Estados Unidos: liderança, primazia, declínio? Ou seja, nos leva a entender que de fato a liderança da China como potência emergente é uma alternativa menos desigual para o *status quo* do sistema internacional liderado pelos Estados Unidos.

Essa declaração, trouxe a mente outros aspectos da China, suas proporções continentais, seus cinco mil anos de uma cultura coesa, que em toda a sua história prezou pela sua autonomia, e seu governo do Partido Comunista. Apenas com estes pontos se pode notar uma diferente liderança para sua posição de potencial mundial. Neste sentido, Marco Cepik (2017) menciona, como exemplo dessa liderança alternativa, as centenas de milhões de pessoas que saíram da pobreza extrema na Ásia e no restante da periferia do sistema nas últimas décadas. Essa afirmação tem bastante peso para as relações internacionais contemporâneas, por isso, nos inspira a aprofundar essa nova realidade percebida por Cepik.

Essa nova realidade abrange a proeminência da China, e seu notável sucesso na erradicação da pobreza, assim como sua atuação de cooperação e ajuda na pandemia do Covid-19. Dessa forma, estudar a China é um tema muito atual nas Relações Internacionais Contemporâneas. A busca pela compreensão desse fenômeno tão amplo contribui com um campo que ainda está em desenvolvimento, exigindo o trabalho dos pesquisadores da área. Aliado a isso, ver que a singularidade do país afeta positivamente a postura da China em relação ao mundo, é um exemplo de que existe uma alternativa para as relações internacionais que conhecemos, algo que vale a pena ser estudado.

Assim, é visível que a China tem um papel importante na atual conjuntura do Sistema Internacional, devido a sua estrutura interna peculiar e seu crescimento de números astronômicos. Esse crescimento vinculado a estrutura interna do país, é um dos objetivos de análise do trabalho. Igualmente, se busca abordar a emergência da China no início deste século, considerando sua distinta visão das relações internacionais, o que nos apresenta novas e diferentes perspectivas de desenvolvimento e crescimento econômico. Exercício que exige levar em conta diferentes processos político-econômicos, uma das qualidades da Relações Internacionais, como área do conhecimento (PECEQUILO, 2004).

Dessa forma, este trabalho busca analisar como ocorreu o desenvolvimento da China, no início deste século, e considerar o impacto que o desenvolvimento de um país tão singular como a China tem no sistema internacional. Estes objetivos serão alcançados no esforço por encontrar a resposta para a pergunta tema, *a China influenciou a redução da pobreza mundial no início do século XXI?* Que nos permite abordar a forma de desenvolvimento do país, através de uma análise sucinta do processo de crescimento econômico chinês. E assim observar que a redução da pobreza e da desigualdade de renda no mundo acompanhou o crescimento econômico da china desde 1980, e que esse fato não é mera coincidência.

Com um predomínio de pesquisa bibliográfica, mas também consultas a fontes secundárias, como os relatórios anuais do Banco Mundial e do próprio governo chinês, esta pesquisa

usa o método descritivo para sintetizar e organizar o que se conhece sobre o tema, e faz uso de uma abordagem qualitativa para poder responder à pergunta tema com as informações coletadas. Temos então, uma pesquisa hipotético-indutiva, que tenta constatar se a China influenciou na redução da pobreza mundial no início do século XXI. No entanto, não é a intenção deste trabalho fazer um estudo exaustivo acerca da economia chinesa e seus impactos sobre o mundo, este tema, já dispõe de estudos detalhados e aprofundados, de profissionais muito bem qualificados, e que são base para esta criação.

Acreditasse que esta obra contribui para a desmistificação sobre a abertura da China, como se essa fosse a única e principal causa do crescimento econômico do país, mas em vez disso procura resumir o que se tem teorizado acerca do crescimento econômico chinês, com uma perspectiva que fuja do predominante Consenso de Washington. Com certeza, este é um tema bastante amplo e complexo, mas escolhi abordar o tema para conhecer a grandeza não só de números, mas de como a cultura de uma nação influenciou a perseverança e crescimento de um país. E como esse crescimento traz para o centro do sistema um país com outra perspectiva de relações internacionais.

Assim, podemos constatar se Cepick tem razão ao afirmar que a China responde a uma maneira progressista a uma demanda de redistribuição de riqueza e poder. A primeira hipótese é que sim a China está fazendo um trabalho de redistribuição com suas fortes parcerias com países menos desenvolvidos, porém ao se analisar de forma detalhada essas relações vemos que não há uma grande revolução comparada a outras potências, por outro lado não é exatamente igual. Uma questão que instiga o trabalho de pesquisa, a China é uma potência recente que pode ser chamada de inovadora? De qualquer forma, apenas o processo de crescimento e sua singularidade já seriam suficientes para um trabalho de conclusão de curso.

2. A POBREZA NO MUNDO DE 1970 A 2010

Para desenvolver a resposta da nossa pergunta tema, é preciso, primeiramente, conhecer a presumida redução da pobreza mundial vista no início do século XXI. O trabalho parte da ideia de que houve uma significativa redução da pobreza no mundo no início deste século, por isso, nesta primeira parte vamos verificar essa redução. Considerando, que este foi um dos objetivos que os países se propuseram a alcançar neste milênio: "reduzir pela metade a proporção de homens e mulheres que vivem na extrema pobreza até 2030"⁵. Assim, além de verificar se de fato houve uma redução da pobreza mundial no período analisado, buscamos também entender o conceito de pobreza.

Esses dois pontos são essenciais para desenvolver nosso trabalho, sendo o ponto de partida de nossa pesquisa. Como em outras partes do trabalho, na metodologia, recorreremos a leitura bibliográfica de trabalhos amplos que analisem de forma qualitativa e quantitativa os dados mundiais mais recentes, disponíveis por instituições internacionais e as ONGs, a preferência foi pelos próprios relatórios e análises de grandes instituições. Nesta parte do trabalho vamos ver a queda que houve nos números oficiais da pobreza no mundo e como se interpreta essa redução. Dessa forma, com uma visão clara da recente redução da pobreza no mundo podemos analisar mais precisamente o impacto do influencia chinesa nesse processo.

Entendemos que o tema da pobreza também é de bastante complexidade, e igualmente, se torna relevante a nível social, tanto quanto econômico, na medida em que suas consequências afetam diretamente o cenário internacional, e são motivo para a criação de diferentes teorias e políticas públicas globais. Por isso, poder refletir sobre suas dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento, pode trazer resultados que contribuem para a melhor compreensão das relações internacionais. Nesse sentido, Inês Valério (2015), afirma que “a pobreza é um fator de instabilidade e obstáculo ao desenvolvimento, que impede o exercício dos direitos humanos”, ao que se pode acrescentar a séria ameaça à paz e segurança mundiais.

Sendo assim, a erradicação da pobreza no mundo é um conhecido objetivo comum dos povos. Porém, a pobreza pode ser entendida de formas diferentes dependendo da região, o que dificulta a implementação de uma solução padrão. Portanto, vê-se a importância de estudos que sejam um suporte, e referência para que os governos possam desenvolver ferramentas próprias e específicas de combate à pobreza. Cada país tem uma situação e uma condição própria, e precisa considerá-la para ter efetividade em suas políticas. Isso porque, diferente do que se pensa, não basta apenas injetar capital, mas é uma questão de proporcionar as condições para o

⁵ Texto do primeiro objetivo do milênio, agenda global assumida pelos países-membros da Organização das Nações Unidas no ano de 2000.

desenvolvimento da população, o que não é uma tarefa simples (PNUD, 1990). E por se tratar do desenvolvimento de pessoas, a definição de pobreza não é igual em todos os lugares.

2.1 O ENTENDIMENTO DA POBREZA

A pobreza até meados do século XX era entendida segundo a concepção do desenvolvimento econômico (MAIA *et al*, 2022). Assim, se tinha da pobreza uma noção estritamente de crescimento econômico, isso quer dizer, consideram como principal o crescimento medido pelo PIB. Nessa concepção o crescimento do PIB está diretamente relacionado a solução dos problemas sociais. Ou seja, a ideia de que o crescimento da renda, em algum momento vai terminar por desconcentrar a riqueza do país, em um efeito de gotejamento, dos estratos mais altos para os mais baixos da estrutura social, uma ideia que veio a partir dos anos de grande crescimento internacional dos anos pós-Guerra (MAIA *et al*, 2022).

Foi a partir dos anos de 1970 que o tema da pobreza ganhou relevância graças a agenda das OIs, em função do acelerado crescimento demográfico e urbano no mundo, que resultou em amplos processos de favelização por todo o mundo (MAIA *et al*, 2022). O Banco Mundial foi a primeira instituição, que já em 1974, buscou racionalizar o tema da pobreza ao lançar o livro *Redistribuição com crescimento*, em seu engajamento na produção e disseminação de indicadores (MAIA *et al*, 2022). Essa abordagem instituiu uma priorização dos programas de compensação social para aliviar, de maneira seletiva e no curto prazo, a pobreza. Utilizando-se de fundos sociais e políticas focalizadas.

Para Isis Maia, Luciana Papi e Diego Pautasso, esse modo de enfrentar a pobreza, seria na realidade uma política de substituição da oferta universal de bens e serviços públicos pelo atendimento a demandas específicas (MAIA *et al*, 2022). Esses seriam os programas de transferência de renda direcionados aos mais pobres, financiados pelas OIs e implementados geralmente por ONGs, associações locais, prefeituras e empresas privadas. Políticas que se baseiam nos rendimentos ou poder de consumo do indivíduo, o que gerou a medida mais conhecida: a linha internacional de pobreza. Chama-se linha porque estipula um mínimo de renda necessária para que uma pessoa seja capaz de satisfazer suas necessidades humanas básicas, como moradia, roupas e alimentos.

Essa medida é definida pelo Banco Mundial no valor de US \$1,90 por dia. A definição de pobreza para o Banco Mundial é a “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo”. Sendo assim, cabe pensar sobre o que seria o mínimo para viver, a resposta para essa pergunta, segundo o Banco Mundial, está no consumo. Isso quer dizer, o mínimo que uma pessoa precisa consumir para viver bem, o mínimo de consumo necessário para satisfazer suas necessidades

básicas, considerando alimentos, educação, saneamento básico, roupas e outros. Sendo assim, pobres seriam os cidadãos que têm renda inferior ao valor mínimo para sua subsistência.

Dessa forma, desde a segunda metade do século XX, a pobreza foi definida segundo indicadores materiais, como a falta de renda e bens, fundamental para garantir padrões mínimos dignos de vida humana. Este conceito de pobreza começou a ganhar destaque a partir dos anos 1990, quando os dados mundiais passaram a ser disponibilizados pelos organismos internacionais, que sabemos seguem o marco teórico do neoliberalismo. Consequentemente, o Banco Mundial entende os pobres como um problema do Estado, o qual deve resolvê-lo. Ou seja, o Estado não precisa pensar nas mudanças estruturais para melhorar a qualidade dessas pessoas, mas apenas em “políticas sociais focalizadas e compensatórias” UGÁ (2004).

No entanto, observou-se que a pobreza é um conceito muito mais complexo, que inclui várias dimensões, não apenas a financeira, e assim, nem sempre a renda é o único quesito determinante para pobreza. Por outro lado, se a pobreza é não ter o mínimo para se viver bem, este mínimo vai variar de país para país, uma vez que este dito mínimo não tem uma definição única e universal. Primeiro pelas diferentes inflações e segundo pelos aspectos mais subjetivos, visto que a pobreza não se reflete apenas na falta de dinheiro. Mas, diz respeito também ao acesso a serviços e bens culturais. Por isso, já no início deste século, viu-se a necessidade de contemplar outros aspectos da vida humana na conceitualização da pobreza.

Buscando considerar a dimensão não material da pobreza, Amartya Sen desenvolveu o conceito de “pobreza multidimensional”, que além da renda considera, também, outros aspectos da vida humana, como o âmbito social, e político, ou seja, é uma extensão do conceito tradicionalmente usado. Se tem em conta não apenas as privações materiais, mas privações de saúde, alimentação, educação, habitação ou saneamento básico, por exemplo⁶. Seria ideal poder fazer uma pesquisa como a proposta aqui considerando todas as esferas da vida humana, no entanto, para uma avaliação geral e breve o parâmetro da linha da pobreza basta como critério.

Evidentemente, a linha da pobreza é fruto de vários cálculos por parte dos economistas. Mas para nosso objetivo, saber que essa medida se baseia na paridade do poder de compra, é suficiente para compreender como a comparação de diferentes países é possível. Ou seja, em um país em que o custo de vida seja muito alto, a medida quando baseada na paridade do poder de compra, acaba por aumentar um pouco para que a comparação com outros países não seja afetada, gerando resultados ilusórios sobre o padrão de vida de cada país, e da mesma forma ocorre o contrário com países em que o custo de vida é mais baixo.

⁶ Falta de acesso à educação de qualidade, saúde, energia elétrica, água potável e outros, é o que pode ser avaliado para determinar a pobreza de um indivíduo.

Foram definidas linhas de pobreza para os extremamente pobres e para os pobres. É importante notar que existe uma significativa diferença entre a pobreza e a extrema pobreza. Pelos critérios do Banco Mundial, uma renda diária inferior a US \$1,90 por dia, ou cerca de 300 reais mensais são as medidas que determinam a extrema pobreza, e uma renda diária inferior a US \$5,50, aproximadamente 875 reais por mês, determina as pessoas que são consideradas pobres. Esclarecemos, portanto, que para nossa avaliação da redução da pobreza será usado o parâmetro da extrema pobreza, visto que foi à medida que mais apresentou redução nos números.

A pobreza extrema ou absoluta diz respeito a indivíduos, normalmente desempregados, que por não terem renda suficiente, não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas de sobrevivência, principalmente alimentares, e por isso são privados de serviços de saúde e educação, água potável, saneamento e a uma habitação apropriada. Estão também incluídos aqueles que vivem em regiões carentes de recursos, bem como os que são demasiados jovens, idosos ou incapacitados para poder trabalhar (VALÉRIO, 2015). Dessa forma, diferente da pobreza, a pobreza extrema não é o pouco recurso, mas a falta total de recursos para viver e se desenvolver como indivíduo.

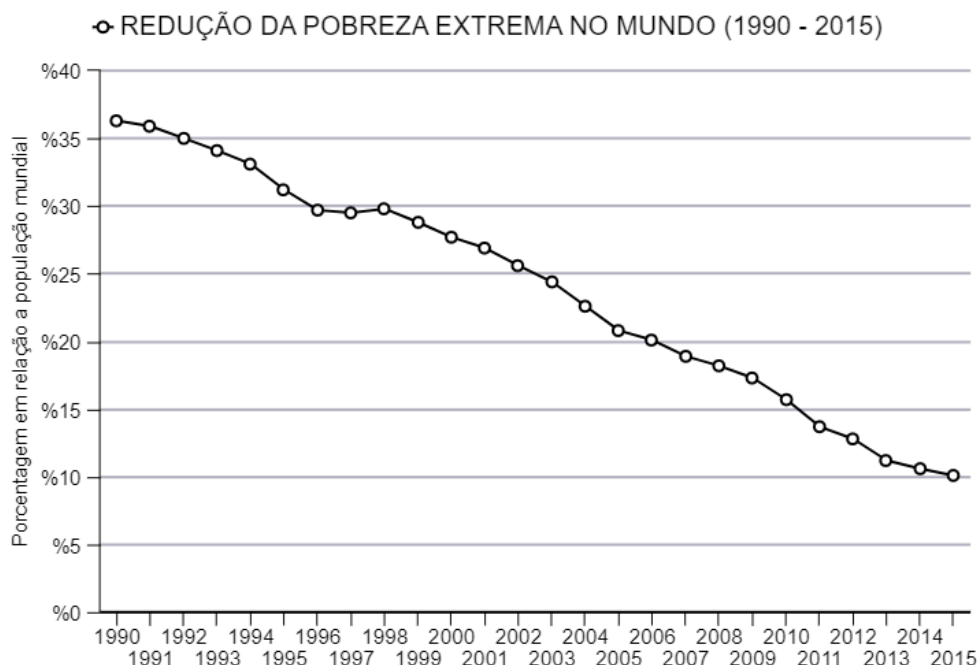
2.2 A REDUÇÃO DOS NÚMEROS

Em 1820, a pobreza extrema atingia praticamente 95% da população mundial, e em todo o século XIX essa taxa caiu em apenas 10 pontos percentuais, isso quer dizer que durante todo o século XIX mais de 80% da população no mundo vivia sem recursos para uma vida digna. Entre 1900 e 1950, a pobreza extrema cedeu mais um pouco, diminuindo de 85% para 75% da população, viu-se a mesma redução com a metade de tempo, notável, mas ainda muito lento. A partir desse período começou a ceder de forma acelerada, pode se dizer que graças a uma combinação de diferentes fenômenos internacionais, como o intenso crescimento econômico, políticas sociais, desenvolvimento tecnológico e a globalização (BARROS, 2007).

De acordo com o pesquisador Max Roser, em sua página na internet, “*Our World In Data*”, o mundo vem presenciando uma expressiva melhora na pobreza. A redução vista na segunda metade do século XX, foi ainda mais intensa na primeira década do milênio, caindo de 30% em 1999 para 14,4% em 2011. Segundo o economista Xavier Sala-i-Martin, a redução da pobreza observada no período de 1980 aos anos 2000, foi somente a primeira parte do fenômeno. Em seguida, temos o período de 2000 até 2010, quando as políticas e as dinâmicas que alimentaram esse processo se intensificaram. No trabalho de Xavier a distribuição da renda foi determinada em bases individuais, a concentração da renda foi feita por meio de diferentes

metodologias, e concluiu que a pobreza tem diminuído no planeta, embora não em todos os lugares e não com a mesma constância ou rapidez.

Gráfico 1 – Redução da pobreza extrema no mundo de 1990 a 2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial⁷

No gráfico 1 fica evidente tamanha redução e a intensidade da redução no início do século XXI, identificada tanto por Max e Xavier. Este é, na verdade, um recorte de um fenômeno que teve início ainda na década de 1970, e que se seguiu até meados de 2020. Aqui, cabe mencionar que a pandemia de Covid em 2020 teve um forte impacto de contenção e diminuição desses números, o que ficou claro na própria China, mas que foge do escopo deste trabalho. Se esses números estão ameaçados na China, o risco é muito maior no resto da Ásia e em todas as economias emergentes, se estima que até 100 milhões de pessoas nos países emergentes podem voltar à pobreza (CRABTREE, 2020).

Um exemplo claro desse processo de redução pode ser visto na própria China⁸, que teve uma evolução em sua distribuição de renda bem significativa. Em 1970, a distribuição de renda do país era de US \$750 ao ano, momento em que um terço da população chinesa situava-se abaixo da linha da pobreza. Esse volume foi se deslocando com o correr dos anos, ao mesmo tempo em que a desigualdade aumentou. Assim, em 2000, a média já se situava em US \$2.400

⁷ Dados disponíveis em: <https://data.worldbank.org/indicator>

⁸ Processo que vamos conhecer mais detalhadamente no próximo capítulo.

e a fração da população abaixo da linha da pobreza era significativamente menor, seguindo a definição oficial de pobreza do Banco Mundial, US \$1/dia a preços de 1985 (ALMEIDA, 2007).

Não é desconhecido que nesse período do início do século XXI, dois países se destacaram no seu crescimento, além da China, a Índia também passou por um acelerado processo de desenvolvimento. Ainda que o PIB indiano seja muito baixo em relação ao chinês, US \$2,4 trilhões e US \$11 trilhões, respectivamente. E a renda per capita mais discrepante, cerca de 20% da chinesa. A Índia está fortemente inserida no mercado internacional de grãos e carne vermelha. Considerando que juntos, os dois países reúnem 2,5 bilhões de pessoas, mais de um terço da humanidade, não é de se estranhar que seus números tenham tamanha influência nos números globais.

No caso do Brasil, os resultados das investigações de Ricardo Paes de Barros e sua equipe, apontam que a renda per capita dos mais pobres cresceu substancialmente entre 2001 e 2005, apesar da relativa estagnação da renda per capita nacional. Houve um crescimento anual de 8% para os 10% mais pobres e de 5,9% para os 20% mais pobres, apesar de a renda per capita brasileira ter crescido apenas 0,9% ao ano (a.a.) no mesmo período (BARROS, 2007). Portanto, a percepção dos mais pobres no Brasil é a de estarem vivendo em um país com elevado nível de crescimento econômico, como a China. Assim, a taxa de crescimento está intimamente ligada à redução da pobreza.

Usando os dados originais do Banco Mundial, definição de uma renda anual de \$495, a linha de pobreza declinou de 15,4% da população mundial em 1970 para 5,7% em 2000, um declínio de quase três vezes, considerando que, no mesmo período, a população mundial cresceu quase 50%, de 3,5 para 5,5 bilhões de pessoas, é um efeito realmente impressionante. Em números absolutos, os pobres caíram de 350 milhões em 1970 para 41 milhões em 2000. Sendo 114 milhões de pessoas retiradas da pobreza só nos anos 1990. Os números mostram que enquanto 54% dos pobres do mundo viviam na Ásia oriental em 1970, em 2000 a região passou a abrigar apenas 9,4% do total.

Segundo dados do Banco Mundial, desde 1990, o número de pessoas em extrema pobreza no mundo diminuiu mais da metade, passando de 1,9 bilhões em 1990 para 643 milhões em 2020, e a maior redução ocorreu na primeira década do século. Mas foi a partir de 1990 que a redução da pobreza começou a ser mais explícita. Vale mencionar que essas tendências se mantêm mesmo que se exclua dos cálculos a China, os Estados Unidos e a África, que somam 2,1 bilhões de pessoas, 38% da população mundial. E constituem, respectivamente, os grandes “convergentes” e “divergentes” nas estimativas, demonstrando o peso de todos os demais países (ALMEIDA, 2007).

Essa convergência entre os países vem sendo assegurada, na prática, por alguns grandes países pobres que experimentam, desde os anos 1970, um extraordinário processo de crescimento econômico e de aumento da renda disponível em todas as classes sociais. Em 20 anos, de 1990 a 2010, a pobreza caiu pela metade, graças a uma mistura de forte crescimento, políticas sociais, desenvolvimento tecnológico e globalização. O progresso foi mais rápido na Ásia, no leste da Ásia, a pobreza extrema foi reduzida de 62% para 2% e no sul da Ásia de 47% para 12%. Mas outras regiões também viram progressos, mais de 1,1 bilhão de pessoas saíram da pobreza extrema, segundo o Banco Mundial⁹.

A pobreza extrema no mundo diminuiu consideravelmente nas últimas três décadas (gráfico 1). Em 1981, mais da metade dos cidadãos do mundo em desenvolvimento vivia com menos de US \$1,25 por dia. Essa taxa caiu drasticamente para 21% em 2010, assim, apesar do aumento de 59% na população do mundo em desenvolvimento, havia significativamente menos pessoas vivendo com menos de US \$1,25 por dia em 2010 (1,2 bilhão) do que na década de 1970 (1,9 bilhão). O Banco Mundial (BM) utiliza uma linha de renda de US \$1,25 por dia (1,25 dólares em poder de paridade de compra – ppp) para medir a pobreza extrema no mundo.

Para observar a diminuição da pobreza para além de apenas os rendimentos, vejamos o resultado do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 (Edição do 20º Aniversário). Este relatório fornece um estudo dos padrões e tendências no desenvolvimento humano. O relatório de 2010 por ser uma edição comemorativa tem o esforço de encontrar as tendências, e para isso os pesquisadores estudaram o período de 1970 a 2010, justamente o período por nós abordado. O PNUD se esforçou para detalhar os resultados de cada aspecto do desenvolvimento humano, porém neste capítulo vamos mencionar os resultados gerais e globais.

As médias dos IDHs vêm aumentando desde de 1970, e se intensificaram no período da virada do milênio. Medido em termos de IDH, o progresso no mundo tem sido bastante impressionante. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador de desenvolvimento que considera o PIB, a alfabetização e esperança de vida dos países para avaliar o bem-estar de suas populações. Pode se dizer, portanto, que é um indicador mais completo, pois não se limita apenas à quantidade de recursos financeiros da população. Seu indicador varia de zero a um, sendo zero o pior resultado e um o melhor, e é divulgado em relatório anual pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

⁹ BANCO MUNDIAL. **The State of the Poor Paper**. Disponível em: https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/State_of_the_poor_paper_April17.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022

A média do IDH no mundo subiu de 0,57 em 1990 para 0,68 em 2010, continuando a tendência crescente desde 1970, quando o IDH se situava em 0,48. Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano 2010, este aumento reflete uma melhoria agregada em cerca de um quarto nos indicadores de saúde e educação e uma duplicação do rendimento per capita. O que mostra que realmente houve um progresso significativo de muitos dos países em muitas das áreas, com destaque para os países mais pobres, que mostraram, com frequência, os maiores ganhos, ou seja, foi o mundo em desenvolvimento que conseguiu melhorar a qualidade de vida de sua população não só no quesito do aumento da renda.

Mesmo as medidas globais agregadas sendo fortemente influenciadas pelas duas nações mais populosas, China e Índia, os maiores países da Ásia, os valores globais não relacionados à população apresentaram um progresso significativo, principalmente na alfabetização e na expectativa de vida. Verificaram-se avanços no IDH em todas as regiões e em quase todos os países. O progresso mais célere foi registado na Ásia Oriental e Pacífico, seguido pelo Sul da Ásia e, depois, pelos Estados Árabes. Todos exceto 3 dos 135 países analisados apresentaram um nível de desenvolvimento humano mais elevado do que em 1970, as exceções são a República Democrática do Congo, Zâmbia e Zimbabuê.

Como mencionado, a China se destaca no aumento da renda *per capita*, o que demonstra a redução da pobreza no país através do aumento da renda. No caso da Índia se destacam os programas de transferência de renda. A Índia, assim como o Brasil, é um país emergente, de dimensões continentais, e populoso. O país, diferente da China, começou seus esforços contra a pobreza na década de 2010. Mas ainda assim, seus resultados já são bastante impressionantes. Seu sério problema em seu sistema de registro nacional, foi transformado e contribuiu para o maior acesso dos pobres aos subsídios do Estado (GEORGE, SUBRAMANIAN, 2015).

Assim, a Índia tirou mais de 250 milhões de pessoas da pobreza entre 1990 e 2015, segundo o Banco Mundial. As estimativas feitas para o segundo país mais populoso do planeta, indicam uma redução da extrema pobreza, de forma dramática, tendo em vista o crescimento da sua população total. Progresso que ganhou sequência e incentivo com os programas de identificações biométricas, possibilitando a abertura de cerca de 118 milhões de contas bancárias. Quase um bilhão de cidadãos têm um cartão de identidade único biometricamente autenticado, o que aliado ao fato de que cerca de metade dos indianos agora têm um celular, produz a possibilidade de ampliar ainda mais os subsídios.

Depois do breve parêntese sobre a diminuição da pobreza na Índia, voltamos para os resultados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. Mesmo com a acentuação das di-

ferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o IDH tem uma história mais otimista, de acordo com o relatório. No geral, os países pobres estão a aproximar-se dos países ricos no IDH. O fosso do IDH entre países em desenvolvimento e desenvolvidos diminuiu em cerca de um quarto desde 1970. Abaixo vemos a melhora no IDH no quesito renda e nos quesitos que não são referentes a renda, nessa tabela é visível o crescimento da renda na China e a melhora dos fatores não-renda na Ásia.

Gráfico 2 – Melhoramento do IDH, IDH de não-rendimento e de rendimento

Posição	Melhoramentos no		
	IDH	IDH de não-rendimento	Rendimento
1	Omã	Omã	China
2	China	Nepal	Botswana
3	Nepal	Arábia Saudita	Coreia do Sul
4	Indonésia	Líbia	Hong Kong, China
5	Arábia Saudita	Argélia	Malásia
6	RPD Laos	Tunísia	Indonésia
7	Tunísia	Irão	Malta
8	Coreia do Sul	Etiópia	Vietname
9	Argélia	Coreia do Sul	Maurícia
10	Marrocos	Indonésia	Índia

Fonte: PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2010

O gráfico 2 evidencia que as principais melhorias ocorreram de forma bem diversificada no quesito geográfico, e não aparecem apenas nos grandes países em desenvolvimento, como a China, mas é um fenômeno variado presente em diferentes regiões do globo. Nesse sentido, o Relatório comprova que hoje as pessoas desfrutam de consideráveis aumentos no rendimento médio, apesar da variação nos padrões. Além da variedade, quantidade e qualidade de bens e serviços ao dispor das pessoas atualmente, que não tem precedentes. Pode-se concluir, portanto, que em aspectos importantes, como expectativa de vida e escolaridade, o mundo é hoje um lugar melhor do que em 1990.

Muitas pessoas vivem vidas mais longas, as crianças passam mais tempo nas escolas e as pessoas têm acesso a muitos mais bens, incluindo alimentos, alojamento, vestuário e outras

necessidades para uma vida com dignidade, mais do que em qualquer outro momento da História. Pela primeira vez é vista uma grande convergência de países no IDH, e ainda por cima documentada, foi um enorme feito. Apesar de tudo, a avaliação das últimas décadas não é de todo inteiramente positiva. O Relatório mostrou, igualmente, que em alguns países houve graves retrocessos, especialmente na saúde, apagando, por vezes, em alguns anos os ganhos de várias décadas.

Desde 1990, o número de pessoas que vivem em extrema pobreza caiu mais de 60%, segundo o Banco Mundial. Grande parte da redução aconteceu na Ásia, primeiro em lugares como a China, Indonésia e o Vietnã, e mais recentemente na Índia, que alcançou resultados surpreendentes nos últimos anos. “Nos últimos 25 anos, mais de 700 milhões de pessoas superaram a pobreza extrema e a taxa de pobreza global é atualmente mais baixa do que alguma vez registada na história. Esta é uma das maiores conquistas humanas do nosso tempo” referiu o Presidente do Grupo Banco Mundial, Jim Yong Kim no relatório Montando o Quebra-Cabeça da Pobreza de 2018.

Como dito no início do texto, a erradicação da pobreza no mundo é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O primeiro desses objetivos é a erradicação da pobreza, e a principal referência dos ODS para combater a pobreza é feita na meta 1.A: “Garantir uma mobilização significativa de recursos de uma variedade de fontes, inclusive através do reforço da cooperação para o desenvolvimento, proporcionando meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento (em particular, os países menos desenvolvidos) possam implementar programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.”

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) surgiram a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), metas que seriam perseguidas até 2015. Com o vencimento dessa data, a Assembleia Geral da ONU adotou o documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. No documento, os membros reconhecem “a erradicação da pobreza” como prioritária, sendo que todas as suas formas e dimensões deveriam ser combatidas. Integram a Agenda 2030 um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, que se tornaram vigentes a partir de 2016 até 2031.

A partir de então a agenda tem sido orientadora das ações de combate à pobreza em um número expressivo de países. Contudo, cabe a cada Estado organizar a implementação da agenda, incluindo em seus planos nacionais, organizando com os órgãos e agências executoras. Nesse processo, cada país tem desenvolvido uma trajetória própria de implementação das ações de combate à pobreza (MAIA *et al*, 2022). Como veremos, a trajetória da China de mobilidade

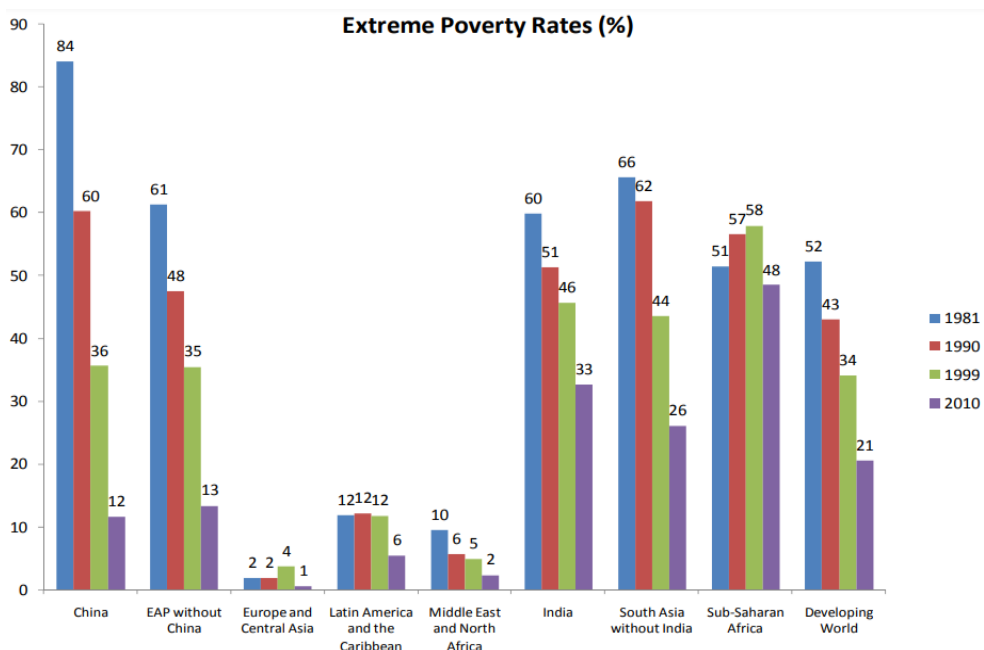
social está ligada a um amplo processo de reconstrução nacional e modernização, mas que cada vez mais se articula à agenda da ONU sem comprometer sua soberania e estratégia de desenvolvimento.

Os ODS revelam claramente o peso que a cooperação entre os países tem na concretização da meta proposta. Assim, a comunidade internacional, com o comércio internacional, a forma mais comum de cooperação, é também um meio para o aumento da riqueza dos países. Nesse sentido, Sanchez Páramo (2010) afirma que, "Quando os países não crescem, é muito difícil reduzir a pobreza, porque qualquer progresso teria de vir de uma redistribuição de riqueza bastante dramática, e isso é muito difícil de fazer". Assim, o aumento da população mundial foi compensado pela surpreendente geração de riqueza na modernidade, o que contribuiu com a melhora dos indicadores sociais.

Nesse sentido, Ricardo de Barros (2007), afirma que as reduções na pobreza ocorrem apenas quando cresce a renda dos mais pobres. Assim, não só a redistribuição da renda é importante, mas o aumento dessa renda conta bastante. É preciso um crescimento econômico equilibrado para elevar igualmente a renda de todos os grupos da sociedade. Para o autor, qualquer crescimento na renda nacional leva a uma redução suficientemente acentuada no grau de desigualdade. Por exemplo, no Brasil, ao longo do período 2001-2005, a renda dos mais pobres cresceu bastante e, por conseguinte, declinaram substancialmente a pobreza e a extrema pobreza.

2.3 PANORAMA REGIONAL

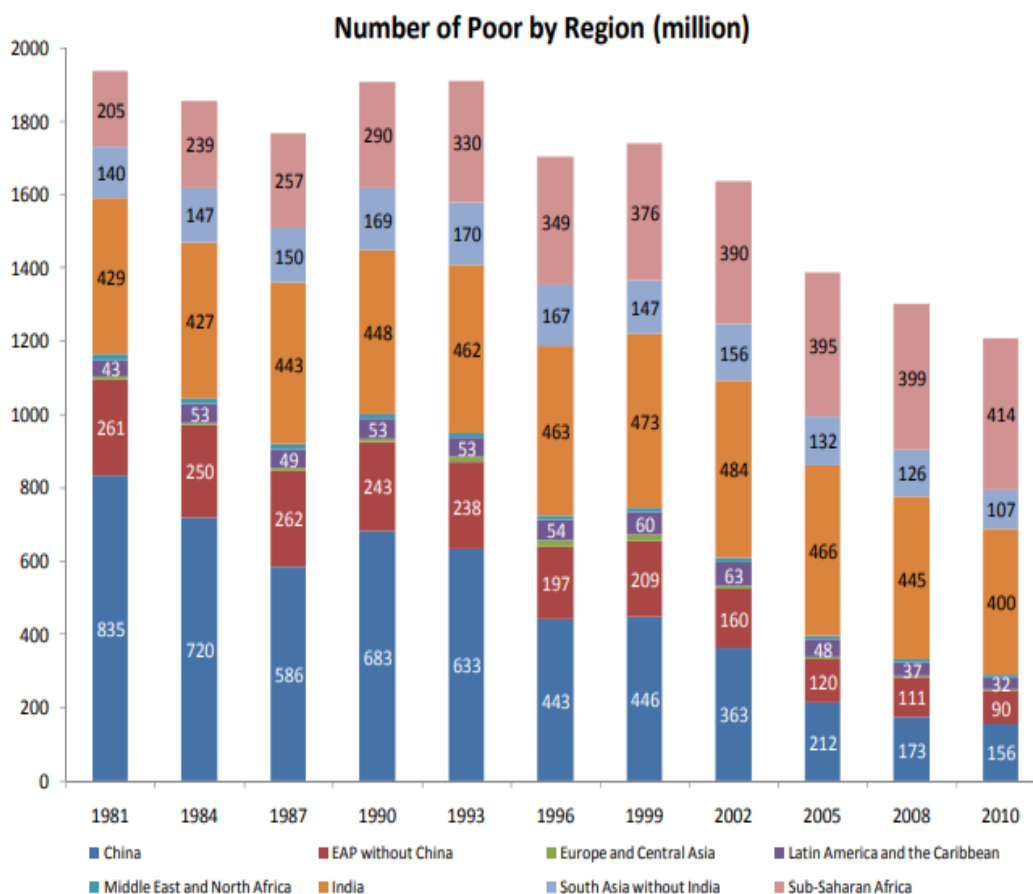
Como dito, a redução da pobreza variou de país para país, esse fato pode ser melhor observado no levantamento sobre o estado da pobreza no mundo feito pelo Banco Mundial, feito em 2017. Um trabalho que mesmo com dificuldades em obter de dados confiáveis para a maioria dos países, e uma metodologia simples, tem sua utilidade para se ter uma comparação entre países e regiões ao longo das últimas décadas. Pois permite conhecer a situação de cada região, informação necessária, tendo em vista as 1,2 bilhão de pessoas que vivem em extrema pobreza hoje. Podemos, então, como diz o secretário geral da ONU (2018), "ter uma visão mais ampla da pobreza em diferentes níveis e dimensões ao redor do mundo".

Gráfico 3 – Taxas de extrema pobreza

Fonte: BANCO MUNDIAL, 2017.

Ao observar o gráfico 3 vemos que a taxa da pobreza extrema caiu em todas as regiões em desenvolvimento nas últimas três décadas. África Subsaariana e América Latina e Caribe parecem ter virado a página ao entrar no novo milênio. Depois de aumentar constantemente de 51% em 1981 para 58% em 1999, a taxa de pobreza extrema caiu 10 pontos percentuais na África Subsaariana entre 1999 e 2010 e agora está em 48%, um declínio impressionante de 17% em uma década. Na América Latina e Caribe, depois de permanecer estável em aproximadamente 12% nas duas últimas décadas do século XX, a pobreza extrema foi reduzida pela metade entre 1999 e 2010 e agora está em 6%.

No entanto, apesar de suas taxas de pobreza em queda, a África Subsaariana é a única região do mundo em que o número de indivíduos pobres aumentou de forma constante entre 1981 e 1999. Segundo dados do Banco Mundial, 42% da população da África Subsaariana continua a viver abaixo do limiar de pobreza. Dessa forma, percebe-se que a maioria das pessoas que vivem abaixo do Limiar Internacional da Pobreza se moveram de outras regiões para a África subsaariana.

Gráfico 4 – Números da pobreza por região

Fonte: BANCO MUNDIAL, 2017.

Observando o gráfico 4, nota-se progressos significativos no Leste e Sudeste da Ásia, na Índia e como já dito, na China e na América Latina e Caribe. Porém, a pobreza se mudou para a África Subsaariana, que parece estar preenchendo o espaço deixado pela China, Índia. Havia duas vezes mais pessoas extremamente pobres vivendo na África Subsaariana em 2010 (414 milhões) do que há três décadas (205 milhões). Enquanto a Ásia diminuiu seus números, o maior país africano, a Nigéria, tornou-se mais pobre e mais desigual ao longo do tempo, em 2000, o país permanecia como o único grande país com uma parte substancial de sua população abaixo da linha da pobreza, segundo relatório do Banco Mundial de 2017.

Os dados vistos acima são referentes especificamente às pessoas abaixo da linha da pobreza, medida que considera apenas os rendimentos dos indivíduos. Mas se observarmos os índices de desenvolvimento humano também vemos as melhorias nos números. Uma vez mais, não foi uma melhora uniforme nem igual em todo o mundo, o progresso foi imenso na educação mas um pouco menor para a saúde e bastante mais variável no que diz respeito ao rendimento¹⁰.

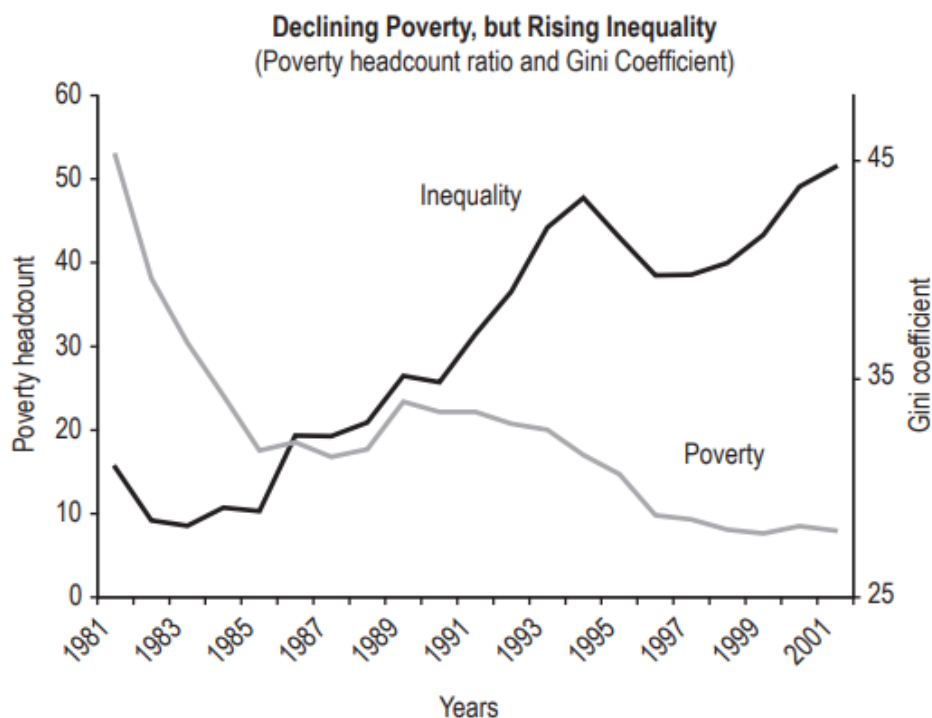
¹⁰ Os três indicadores considerados pelo PNUD: educação, saúde e rendimento per capita.

Apesar dos avanços, persistem graves desigualdades. A diferença entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento permanece grande e, em relação a alguns aspectos-chave, sem sinais de aproximação.

2.4 O AUMENTO DA DESIGUALDADE

No século e meio que se passou, é notório que a desigualdade na distribuição de renda mundial aumentou continuamente. Mas, mesmo assim, a pobreza diminuiu de maneira impressionante, como se pode explicar esse fato? A resposta é a taxa de crescimento de alguns, até agora, grandes países pobres do planeta: China, Índia e o resto da Ásia (ALMEIDA, 2007). As taxas de crescimento dramáticas da China, da Índia e do resto da Ásia a partir dos anos 1970 determinaram o aumento da renda de 3 a 4 bilhões de pessoas, ao ponto dos números desses países poderem convergir em direção à renda dos cidadãos dos países da OCDE.

A brusca intervenção da pandemia no mundo acaba por acentuar ainda mais a desigualdade, tendência que pode ser vista no gráfico 2. É evidente que a renda per capita é muito maior em 2000 do que em 1970. No entanto, não é imediatamente visível, que a dispersão também é cresceu, ou seja, a desigualdade distributiva aumentou (ALMEIDA, 2007). Isso quer dizer que, a pobreza interna de cada país teve uma relativa redução, mas que a distribuição da riqueza não teve o mesmo avanço positivo. Assim, mesmo diante de tamanho logro, sabemos que, todavia, o mundo precisa do esforço pela erradicação da pobreza em todas as suas formas, ainda há a necessidade do Dia Internacional pela Erradicação da Pobreza, todo 17 de outubro.

Gráfico 4 – Diminuição da pobreza e o aumento da desigualdade

Fonte: BANCO MUNDIAL.

A consciência da existência dessa gritante diferença, todavia, não encobre o fato de que a pobreza extrema antes comum em todo o mundo diminuiu significativamente. A partir de 1970 a população total cresceu muito, enquanto a parcela populacional vivendo na extrema pobreza caiu. Diante desses dados, existem pesquisadores que afirmam ser este o melhor momento para se nascer durante toda a história da humanidade¹¹. Isso porque a significativa redução da extrema pobreza global foi acompanhada pela melhoria dos indicadores demográficos. A mortalidade na infância atingia 43,3% das crianças em 1800, em 1900, a mortalidade na infância ainda era de 36,2% e caiu para 4,2% em 2015¹².

Considerando o aumento da desigualdade, o fato de que mesmo com uma melhora geral nos indicadores sociais houve ainda assim fortes retrocessos. Nota-se ainda mais a necessidade das ações dos Estados e governos para o combate à pobreza. Nesse sentido, o Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 afirma que as melhoras nunca são automáticas, mas requerem vontade política, liderança corajosa e o continuado empenho da comunidade internacional. Para

¹¹ Entre eles o economista e filósofo Max Roser.

¹² Assim como a expectativa de vida global que aumentou de 30 anos no início do século XX, para 71 no início do século XXI segundo dados do Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SP.DYN.LE00.IN?end=2020&start=1960&view=chart>

os países que não tem as possibilidades de travar tal luta, se vê a importância do apoio da comunidade internacional. Pois como já dito ainda é preciso ter em mente que apesar da clara diminuição da pobreza, o desafio ainda continua a exemplo do continente africano.

3. O CRESCIMENTO CHINÊS

O intuito desta parte do trabalho é descrever o crescimento e o desenvolvimento econômico chinês no período de trinta anos (1978 - 2010). A escolha de usar o ano de 1978 como data inicial deve-se a que esse foi o ano de posse do líder Deng Xiaoping. Conhecido por ser o líder que teve a iniciativa de desvincular-se das premissas socialistas, e buscar um novo caminho para a China, depois das experiências amargas vividas pelo país nos anos anteriores. O fracasso do Grande Salto Adiante, que deixou a marca da fome por todo o interior do país, e as rupturas políticas vividas durante a Revolução Cultural, que desestabilizou o país.

Assim, nos propomos a sintetizar a trajetória recente de desenvolvimento da China, para entender como o país chegou a se destacar com seu impressionante crescimento econômico. A decisão deliberada de mudar o curso da economia foi tomada pelo Estado chinês. Que ocorreu depois da morte de Mao Tse-Tung, líder supremo do partido até o momento. Quando falamos em Estado na China, falamos na verdade do Partido Comunista Chinês. E quando falamos em desenvolvimento, falamos de uma visão da modernização com um sentido ontológico de civilização frente a um sistema internacional percebido como uma ameaça permanente (NOGUEIRA, 2021).

A China iniciou seu período de Reformas visando a reorientação para o sistema de mercado, e sua abertura para o mundo exterior. Nesse processo o país procurou uma transição gradual, segundo Naughton (2021), o que fez uma grande diferença para o processo de inserção da China no sistema capitalista¹³. O país estava atento à forma de implementação das novas políticas, observando a necessidade de cada setor da economia, observando a conjuntura interna para saber o momento de acelerar ou desacelerar a transição, tarefa que apenas o Estado poderia se encarregar. O sistema de planejamento da China não foi abolido da noite para o dia, em vez disso, a economia foi autorizada a “crescer fora do plano” (HOFMAN, WU, 2009).

Com a nova visão de Deng Xiaoping, de que não importava a cor do gato, desde que este fosse capaz de caçar o rato, juntamente com o passado triste de fome por todo o país. A

¹³ Diferentemente do que ocorreu na Rússia, em 1991, no fim da Guerra Fria. O país transformou muito brusca-mente seu regime econômico, deixando o socialismo e aderindo ao capitalismo, o que causou graves problemas para a economia do país na visão de Franklin Serrano y Numa Mazat (2017)

China agora estava disposta a transformar sua economia, e assumir uma orientação para o mercado. Dessa forma, todo o aparato do Estado que antes estava focado no desenvolvimento dos diversos planos quinquenais, foram depositados na busca por modernizar as estruturas tecnológicas e de infraestrutura. Esse pacote de políticas, que começou a partir de 1978 e durou até meados da primeira década do século XXI, foi o causador do surgimento da China como uma superpotência econômica e tecnológica (NAUGHTON, 2021).

Ao iniciarmos é preciso salientar que o país herdou um legado de controle total do governo quando entrou na era contemporânea. O forte poder do Partido Comunista da China, permaneceu quase que intocável, mesmo com a morte de Mao Tse-Tung (CARVALHO, PIMENTEL, 2017). Outro ponto é o fato de usar o *leapfrog*¹⁴ para crescer. Ou seja, o país busca crescer através de um “salto”, tomando a dianteira no desenvolvimento de novas tecnologias, e assim privilegiar-se da posição de pioneira. Vemos que tanto o Estado, quanto o viés do mercado são usados, portanto “não existe um caminho chinês definitivo”, nas palavras de Naughton (2021).

Nesta síntese do processo de crescimento econômico da China, de 1978 a 2010, vamos utilizar a divisão usada por Barry Naughton, em seu livro “A ascensão da política Industrial chinesa, 1978 a 2020”¹⁵. Temos, então, o período de 1978 a meados de 2000, quando as políticas buscavam a modernização para contribuir com seu novo momento de reorientação econômica, e o período de 2000 até meados de 2010, quando o país buscava a consolidação do crescimento e desenvolvimento de tecnologias de ponta nacionais. Essa divisão será uma inspiração para poder estruturar este resumo, porém com nossas observações, porque o autor usa a data de 2006 em vez de 2010.

3.1 O PRIMEIRO MOMENTO (1978 – 2000)

Neste primeiro momento, a partir de 1978, é preciso falar sobre as políticas que Naughton chama de “diferentes abordagens chinesas”. Essas são políticas que beneficiaram todos os setores da economia mais ou menos da mesma forma, são intervenções não direcionadas, mas são características marcantes da China. Tiveram e têm um importante impacto nos resultados obtidos, e por isso precisam ser mencionadas. Em dezembro de 1978, o partido esboçou uma nova configuração política. Transformando o planejamento da economia em um

¹⁴ Quando um país em desenvolvimento “salta” diretamente para as tecnologias mais recentes, desenvolvendo tecnologias emergentes com novos benefícios e novas oportunidades (Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/need-leapfrog-strategy>)

¹⁵ Tradução nossa. Original: The rise of China 's industrial policy, 1978-2020.

plano estratégico para o governo, em vez de um plano abrangente para a economia como um todo (HOFMAN, WU, 2009).

Nesse sentido, uma prioridade do governo chinês, que se iniciou nesse período, foi o investimento nos recursos humanos. Ou seja, preocupação com o desenvolvimento do ensino superior e da pesquisa nacional, estimulando a produção intelectual/acadêmica do país. Sob a política rotulada “Revitalizar a Nação através da Ciência e Educação”, as alocações orçamentárias para a Academia Chinesa de Ciências aumentaram, enquanto as bolsas de pesquisa competitivas por meio da Fundação Nacional de Ciências Naturais da China se expandiram grandemente (HOFMAN, WU, 2009). Com essa visão os insumos em ciência, tecnologia e inovação aumentaram à medida que os recursos orçamentários se tornaram disponíveis.

Igualmente conta o aspecto do Estado chinês ser um Estado desenvolvimentista, isso quer dizer um estado em que o governo tem um planejamento para o desenvolvimento econômico (NAUGHTON, 2021). Logo no início das reformas, o Estado se organizou em diversas prefeituras/governos locais e cuidava de perto da implementação de cada reforma. Assim, houveram diversos incentivos aos governos locais que proporcionaram crescimento, competição entre jurisdições e forte controle da corrupção. Enquanto o investimento em capital humano e nas organizações que deveriam projetar as reformas continuaram a impulsionar o processo de reforma (HOFMAN, WU, 2009).

Também houveram as reformas fiscais introduzidas em 1980, que formaram um sistema de arrecadação de impostos, com altas taxas de retenção de receita para os governos locais. As províncias e governos locais receberam autoridade crescente sobre aprovações de investimentos, recursos fiscais e políticas. Isso distribuiu os benefícios das reformas para grande parte da população, bem como para as próprias prefeituras e funcionários do partido, que, portanto, tiveram fortes incentivos para buscar o crescimento e promover uma economia de mercado. Ao descentralizar, a China transformou o país em um laboratório de reformas, e experiências bem-sucedidas tornam-se em política oficial (HOFMAN, WU, 2009).

Assim, o sistema fiscal e a organização política dentro do partido foram fundamentais para alinhar os governos locais com o governo central. Dentro do partido, igualmente, havia o sistema de promoção de pessoal, que dependia da obtenção de crescimento real, como a criação de empregos, a atração de IDE, o controle da agitação social e o cumprimento das metas de controle de natalidade. Com exceção do controle social, todos os demais estavam diretamente relacionados com o crescimento do PIB. A experiência também contava muito na promoção a cargos partidários de nível superior, um incentivo para os mais talentosos demonstrarem sua capacidade de reformar e estimular o crescimento (HOFMAN, WU, 2009).

Essas formas de encarar a reorientação da economia, criaram um ambiente propício para o desenvolvimento e crescimento econômico da China (HOFMAN, WU, 2009). E por serem políticas que incentivam o crescimento de todos os setores da economia, são vistas por alguns autores, como Naughton, como estratégias de desenvolvimento chinesas, isto é, assumem o papel de bases para que os resultados esperados. O capital que já existia, humano e físico, foi realocado e modernizado gradualmente para que pudessem acompanhar a transição pela qual passava a economia, assim, essa estratégia diferenciou o resultado da China das outras experiências de transição (NAUGHTON, 2021).

De fato, é bastante evidente que o empenho de investir em grande escala, como o forte investimento em recursos humanos, aliado aos milhares de governos locais promotores do crescimento competindo entre si, resultou em uma estratégia muito efetiva. Os investimentos tinham como objetivo fornecer benefícios futuros para a população. Dessa forma, o investimento da China em recursos humanos, e o incentivo às famílias a investirem no capital humano de seus filhos, contribuíram para a recuperação tecnológica da China. Foi o processo de reforma do mercado que impulsionou o processo de mudança estrutural, sediado pelas singulares abordagens chinesas.

Uma vez que, nos baseamos no trabalho de Barry Naughton (2021), vale um esclarecimento sobre seu conceito de política industrial, tema do livro aqui usado. Para delimitar o objeto de estudo de seu livro, e também para satisfazer ao seu viés liberal, o autor afirma que “a política industrial é todo o esforço intencional por parte do governo para mudar a estrutura da economia”¹⁶. Dessa forma, as políticas acima descritas são para o autor “distintas abordagens chinesas”. Como a definição de política industrial não é o ponto do nosso estudo, mas conhecer como ocorreu o crescimento econômico da China, essa questão não será aprofundada por nós.

Já em 1986, uma iniciativa de importantes cientistas para estar em contato com Deng Xiaoping, iniciou uma série de reuniões entre os principais políticos e cientistas, surgindo um pequeno grupo de Liderança Científica e Tecnológica, demonstrando o interesse de Deng por incentivar o desenvolvimento da tecnologia. Foi criada, então, a Fundação Nacional de Ciências Naturais da China, que levou rapidamente a uma nova estrutura política. Nas condições de mercado imaturas da década de 1980, era impossível confiar apenas nas forças do mercado, por isso, o PCCh acreditava que a estratégia de política industrial, poderia integrar o desenvolvimento econômico com a reforma do sistema econômico (HOFMAN, WU, 2009).

¹⁶ Tradução nossa. Original: Industrial policy is (...) an intentional effort on the part of government policy-makers to change the sectoral structure of the economy. pg. 19.

Mesmo com o ideal de mudança, Deng mantinha o posicionamento de cautela, usando a expressão “é preciso cruzar o rio sentindo as pedras sob os pés”. Ou seja, as mudanças têm de ser baseadas em tentativa e erro, e deve ser feita de forma lenta. Se enfatiza, então, o gradualismo do modo de reforma econômica da China (HOFMAN, WU, 2009). Com essa visão, o governo buscou focar em reformas efetivas na orientação para o mercado da economia. E são essas reformas em específico que queremos conhecer a partir de agora. Reformas que permitiram um crescimento da produtividade, e que transformaram a estrutura da economia para uma indústria leve, voltada para a produção de bens de consumo (MEDEIROS, 2012).

O primeiro momento foi a reforma da economia rural do país, que se passou ao longo da década de 1980¹⁷. Um conjunto de reformas que se seguiram e reestruturaram o campo. Algumas delas foram planejadas, outras foram iniciativas locais, pode se dizer que foi um bom começo, uma vez que, a maior parte da população era rural. A partir das decisões do Comitê Central do Partido Comunista da China, ainda em 1978. Reunião que marcou o início das políticas de “Reforma e Abertura”, foi decretado a diminuição das restrições aos agricultores, o aumento do preço de vários produtos agrícolas e a instauração de um regime descentralizado da terra (NOGUEIRA, 2021).

O governo flexibilizou a política de compras agrícolas. Antes disso haviam cotas que exigiam a produção de uma quantidade de determinados produtos. Quando o governo retirou essas exigências os trabalhadores rurais podiam, então, decidir o que plantar, quanto plantar e quando plantar. Também houve a interferência nos preços agrícolas, que criaram termos de troca mais favoráveis, e associado aos programas massivos de compras públicas, asseguravam a compra de todos os grãos. Permitindo que os agricultores tivessem a segurança de que sua produção seria comprada pelo Estado por um bom preço, uma maneira de incentivar o aumento da produção (CARVALHO, PIMENTEL, 2017).

Também nesse mesmo momento, o sistema de responsabilidade doméstico começava a se espalhar por todo o interior do país. Um sistema de contrato com períodos de 3 anos, depois 5 e, de até 30 anos de arrendamento, que transferiu os direitos de uso da terra, antes coletiva, para o agricultor. Que com exceção de uma pequena parte, paga em impostos coletivos e estaduais após o contrato, todas as receitas ficavam com os agricultores (HOFMAN, WU, 2009). Isso implicou no uso da terra de forma descentralizada e baseada em pequenos lotes, no qual a propriedade é, até hoje, dos governos locais e o uso da terra é dado às famílias via contratos de cerca de 30 anos (NOGUEIRA, 2021).

¹⁷ A partir da Reforma de 1978 a terra permaneceu sob a propriedade do Estado, mas seu uso foi distribuído para cooperativas de famílias e famílias individuais (MEDEIROS, 2012).

Em decorrência dessa nova política houve um grande aumento da produção de grãos em um terço no período 1979-1994, e aumentando constantemente a partir de então. O fim das comunas, criando complexos agroindustriais, junto com a gestão política sobre a força de trabalho a partir de 1978, foram os protagonistas essenciais para a expansão da produção e produtividade agrícola e a expansão da indústria leve de consumo (HOFMAN, WU, 2009). O país se tornou autossuficiente em arroz, milho e trigo, e a produtividade da agricultura cresceu a uma média de 2,86% ao ano, entre 1978 e 2013, o que representa mais de três vezes a média global de 0,95% (NOGUEIRA, 2021).

A mudança no sistema de incentivos, aumento da produtividade por hectare de grãos, aumento do uso de fertilizantes e o aumento da mecanização, combinados com a expansão da indústria rural viabilizaram um amplo excedente agrícola. Com a flexibilização do controle sobre a produção, e os incentivos à produção agrícola, mudanças planejadas pelo Estado chinês, surgiu uma abertura para iniciativas locais, como a criação de empresas rurais¹⁸, reflexo da indústria rural que surgiu após as reformas. Das quais, em sua maioria, tinham sua produção destinada às manufaturas das grandes cidades costeiras, e igualmente, respondendo ao aumento da demanda no interior do país. (HOFMAN, WU, 2009).

Estes resultados, conhecidos de todos, possibilitaram aos agricultores que, vinte anos atrás, passaram pela pior crise de fome do país, agora pudessem produzir excedentes mais que suficientes para fornecer abundância e diversidade à sociedade de massa de classe média chinesa. Aumentando a renda dos camponeses, e contribuindo com a diminuição do *gap* urbano-rural (NOGUEIRA, 2021). Assim, o excedente agrícola viabilizou, e também foi viabilizado, por uma ampla expansão de empresas rurais, que produziam, entre outros, equipamentos elétricos, produtos têxteis, implementos agrícolas, equipamentos domésticos voltados essencialmente ao mercado interno (MEDEIROS, 2012).

Dessa forma, em paralelo com as reformas da economia agrícola, mas claramente dependente delas, ocorreu a promoção da economia rural não agrícola. Através de empresas coletivas, de vilas e municípios, as *Tawn-Village Enterprises* (TVEs), que se espalharam por todo o interior do país. Uma forma de empresa que operava fora do plano estatal, mas que ainda assim não era uma propriedade privada e, em certa medida, gerenciada por governos locais em toda a China rural. Nascidas das Brigadas de Produção Coletiva (uma unidade de produção coletiva), essas empresas foram altamente bem-sucedidas na expansão da produção e na criação de empregos.

¹⁸ Para a *Commission on Growth and Development*, essa iniciativa local, junto com as intervenções estatais, foram os pilares para a reforma rural da China.

A reforma na agricultura eliminou praticamente todas as comunas e restaurou a agricultura familiar, esse formato se tornou uma espécie de empresa rural, pois as atividades no campo passaram a ser reguladas por contratos de responsabilidade (OURIQUES, ANDRADE, 2010). O surgimento de tais empresas ganhou impulso com o crescente mercado doméstico, que também demandava produtos não agrícolas. As TVEs especializaram-se na produção de bens que seriam consumidos pela classe camponesa em ascensão¹⁹ e tornaram-se fornecedoras de insumos para a indústria exportadora da costa. Um processo que contribuiu com a diminuição da pobreza no campo, permitindo que os impulsos dinâmicos da industrialização da costa chegassem ao interior do país (NAUGHTON, 2021).

Ocorreu uma explosão de manufaturas de trabalho intensivo, na economia rural não agrícola que emergiu do interior chinês, absorvendo o excedente da mão-de-obra e integrando o rural com o urbano. Só de 1978 a 1985, a participação das atividades não-agrícolas na renda rural subiu de 7% para 24% (NAUGHTON, 2021). Como fornecedores da industrialização da costa, a urbanização do campo contribuiu com a expansão do emprego rural não agrícola²⁰. Essa conexão entre costa e interior foi um dos motivos pelos quais a China não se transformou numa economia de enclave ou dependente mesmo com a entrada massiva de investimento estrangeiro na costa nos anos 1990 (NOGUEIRA, 2021).

A importância das reformas nas zonas rurais e a forma como o governo tratou a questão agrária não podem ser subestimadas na trajetória de desenvolvimento da China, uma vez que, o vasto campo do país é a base da economia. As cidades também foram influenciadas por tais mudanças, com um aumento das empresas privadas de pequena escala que transformaram serviços, varejo, restaurantes e depois a indústria de pequena escala²¹. Da mesma forma, a mudança setorial na força de trabalho andou de mãos dadas com a rápida urbanização, assim a China ampliou suas paisagens urbanas (HOFMAN, WU, 2009).

Sobre o aumento do emprego, entre 1978 e 1986, 2/3 do emprego total criado, estavam no próprio governo, nas empresas estatais e nas *Town-Villages-Enterprises* (em sua maioria pertencentes aos governos municipais). Esta proporção se mantém nos anos 90 com uma maior taxa de crescimento do emprego das TVEs. Em 1988 empregavam cerca de 95,5 milhões de

¹⁹ A mudança estrutural nos padrões de consumo foi intensa, entre 1978 e 1984 a contribuição do consumo para o crescimento da renda nacional passou de 65% em 1979 para 70% , como mostra Medeiros (2012).

²⁰ A distribuição da produção industrial mudou substancialmente, em 1978, 78% da produção industrial era das empresas estatais, contra 8,7% nas TVEs. Em 1995, as participações foram 31% e 20% respectivamente (MEDEIROS, 2009).

²¹ Desde 1978 se formou nas grandes cidades, por causa do crescimento econômico, uma moderna economia de consumo das massas, incorporando novos bens de consumo duráveis, no consumo da população, o que reflete o aumento da renda (CARVALHO, PIMENTEL, 2017).

pessoas. O emprego das empresas privadas com investimento estrangeiro só se expande de fato entre 1991 e 1995, período em que gerou 4 milhões de postos de trabalho (MEDEIROS, 2012). Nota-se, então, que as empresas estatais, sob o planejamento do governo, foi quem assumiu a liderança do processo de expansão do emprego (MEDEIROS, 2013).

Em suma, muito bem-sucedida, esta reforma sustentou a transição da economia centralizada para a de mercado, tanto politicamente, dando credibilidade a Deng Xiaoping, quanto em termos de recursos, aumentando a renda da população e o excedente (OURIQUES, ANDRADE, 2010). Ao começar as transformações estruturais pela base da pirâmide social, o Estado criou um tecido socioeconômico que permitiu a penetração dos impulsos dinâmicos da industrialização pelo país inteiro. Por isso, Isabela Nogueira (2021) afirma que as reformas nesse setor proporcionaram um romper com a heterogeneidade estrutural, ou seja, romperam com a grande diferença entre o campo e a cidade. O interior do país passou a produzir da mesma forma que as cidades da costa.

3.2 O SEGUNDO MOMENTO (1990)

Passamos agora, para o segundo momento do processo de crescimento econômico chinês, a década de 1990. Importante ter em mente que, na realidade, todas estas reformas ocorreram de certa forma simultaneamente, mas para facilitar a descrição das políticas, estão divididas em períodos. Neste período, com o exemplo do campo que mostrava o resultado dos esforços aplicados, as reformas se enfocaram no centro da economia socialista, a indústria estatal de grande escala. Posicionadas em setores estratégicos para a acumulação do capital, as quais se mantêm até hoje, em setores como refino de petróleo, química, carvão, e máquinas, equipamentos, energia, telecomunicações e sistema bancário.

Com essa estratégia o governo buscava a promoção de grandes empresas estatais e grandes grupos industriais, o governo queria formar “gigantes industriais”²², meta expressa de forma clara nos documentos oficiais (MEDEIROS, 2012). Foi a partir de 1993²³, no 3º Plenário do 14º Congresso do Partido, que a ênfase da reforma passou a ser a inovação institucional, buscando estabelecer um “sistema empresarial moderno”, assim como “direitos de propriedade claramente estabelecidos, poderes e responsabilidades bem definidos, separação da empresa do

²² A ideia era construir grandes grupos nacionais, por isso, em 1995 o governo selecionou 100 empresas estatais de setores diferentes para favorecer por meio de políticas industriais (CARVALHO, PIMENTEL, 2017).

²³ Até esse momento, a política para as estatais consistia na ampliação dos “direitos empresariais” em relação ao Estado. Ou seja, mais autonomia às estatais nas decisões de produção e vendas e nomeação de pessoal, e concessão do direito de reter parte de seus lucros na gestão de fundos por conta própria (HOFMAN, WU, 2009).

governo e gestão científica” (HOFMAN, WU, 2009). A intenção era ampliar a autonomia das unidades produtivas com o incentivo das remunerações.

Dessa forma, houve a diminuição da quantidade e a retirada das obrigações sociais, impostas desde o tempo do maoísmo às empresas estatais. Além da preocupação em estimular o desenvolvimento tecnológico dessas empresas, com o aumento das compras públicas em grande parte feitas pelos governos locais, priorizando o uso de tecnologia nacional, e a criação de barreiras técnicas criadas para evitar a participação de empresas estrangeiras em licitações públicas, por exemplo (CARVALHO, PIMENTEL, 2017). De forma geral, as empresas tinham como objetivo final não apenas o lucro, mas o crescimento, a modernização e o desenvolvimento econômico e social do país (ARAÚJO, *et al*, 2018).

Outro ponto sobre essa questão, foi a abertura para os investimentos estrangeiros diretos. Mas a abordagem usada pelo país nesse momento foi diferente, a China teve cuidado ao usar os investimentos estrangeiros. Nesse sentido, Isabela Nogueira (2021) usa o termo “disciplinar” para descrever como o Estado tratou com os investimentos estrangeiros. Dentre as várias obrigações impostas ao IED nas décadas de 1990 e 2000 estiveram: obrigação para ter parceiro local (via formação de joint-venture com empresa estatal chinesa), acordos de transferência de tecnologia, regras de conteúdo local, definição geográfica da localização das fábricas e quotas para exportação e geração de empregos (NOGUEIRA, 2021).

O catálogo para Guiar Investimentos Estrangeiros, documento publicado periodicamente, que determina quais indústrias têm IED “estimulado”, “restringido” ou “proibido”, continua até hoje²⁴. As novas empresas de investimento estrangeiro tiveram que transferir tecnologia para parceiros chineses a fim de serem competitivas em termos de custos, ou foram forçados mesmo pelo governo. Ambos os processos foram eficazes na adoção de tecnologia e na melhoria da produtividade. O que requereu uma reforma nas políticas comerciais e de investimento, de maneira gradual, característica do país ao longo do tempo, e ao mesmo tempo “abrindo-se para o mundo exterior” (HOFMAN, WU, 2009).

Na dimensão internacional, a China progrediu muito além da promoção inicial limitada das exportações por meio de políticas especiais e agora estava entrando em uma era de maior abertura (NAUGHTON, 2021). Para isso era necessário um intenso esforço de construção de instituições fiscais, tributárias, bancárias e regulatórias adequadas a uma economia de mercado. Delineado, também, no Terceiro Plenário de 1993, esse novo sistema obteve sucesso substan-

²⁴ O IED desempenhou um pequeno papel em termos de PIB, mas a China desde meados da década de 1990 tem sido o maior receptor de IED no mundo em desenvolvimento (HOFMAN, WU, 2009).

cial em meados da década de 1990, suficiente para orientar uma profunda reestruturação institucional, que animou o setor industrial de grande escala, submetendo as empresas estatais às pressões competitivas (CARVALHO, PIMENTEL, 2017).

Nesse período da década de 1990, as empresas estatais se transformaram orientando-se para o lucro, e foram utilizadas pelo governo como os principais agentes econômicos para moldar a forma e o ritmo da estratégia de acumulação e de atualização tecnológica. Estavam em uma posição-chave para direcionar as diretrizes do Estado sobre áreas determinantes da economia, como as indústrias de grande escala e de capital intensivo. Juntamente com a regulação dos investimentos criaram um período em que o Estado na China “disciplinou” o IED e posicionou as estatais, nesse sentido, a propriedade pública segue sendo o eixo essencial para a acumulação de capital na China. Apesar da flexibilização de parte das regulações, a China continua sendo o mercado financeiro mais regulado dentre todas as grandes economias do mundo (NOGUEIRA, 2021).

Igualmente, o Estado canalizou volumes massivos de recursos domésticos através do sistema financeiro para grandes projetos de infraestrutura e urbanização. Houve, também, o apoio de três bancos de desenvolvimento, sob controle do governo, para o financiamento de longo prazo, além dos bancos comerciais. Nos mercados de ações, investidores estrangeiros eram restritos em suas compras, a menos que tivessem uma quota de Investidor Institucional Estrangeiro Qualificado. E o investimento externo direto por entidades nacionais precisava ser aprovado pela Administração Estatal de Divisas, pelo Ministério das Finanças e pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NOGUEIRA, 2021).

A mudança definitiva da entrada de recursos estrangeiros só acontece a partir de 1992, quando o governo destrava as barreiras para a entrada de empresas estrangeiras, criando uma infraestrutura atrativa para as empresas estrangeiras (OURIQUES, ANDRADE, 2010). Juntamente com as reformas no sistema "mono bancário" do país, começando com a criação de quatro bancos especializados do Banco Popular da China: o Banco Agrícola da China especializado em finanças rurais, o *People's Construction Bank of China*, especializado em financiamento de investimentos, o *Bank of China*, especializado em transações financeiras internacionais, e o Banco Industrial e Comercial da China, com foco no financiamento de capital de giro (MEDEIROS, 2012).

Essas reformas, fiscais e financeiras, tiveram como objetivo criar as ferramentas para a gestão macroeconômica em uma economia de mercado. Assim, com a abertura do país e o

favorecimento das grandes empresas pelo governo, as pequenas e médias empresas estatais cederam posição na estrutura do valor adicionado industrial²⁵. A economia da China passou de uma economia dominada por empresas estatais e fazendas coletivas para outra dominada por empresas não estatais de muitas denominações (como empresas privadas, coletivas, empresas municipais e de aldeias e empresas de investimento estrangeiro), que apenas no início de 1990 começaram a gerar, de fato, empregos (HOFMAN, WU, 2009).

Ao mesmo tempo que ocorriam essas mudanças, um fenômeno que se iniciou juntamente com o processo de industrialização, começou a ganhar força. Quando as barreiras entre o urbano e o rural foram finalmente demolidas, e 200 milhões de migrantes inundaram a economia urbana. Uma dinamização para a economia do país nunca antes vista, foi a chamada “população flutuante” — indivíduos afastados de seu local de registro domiciliar permanente por mais de seis meses. A redução gradual das barreiras à circulação permitiu aos jovens rurais subempregados, apoiarem a industrialização do país com ampla disponibilidade de mão-de-obra (NAUGHTON, 2021).

Desde 1983 foi permitida uma migração temporária de trabalhadores rurais para cidades pequenas²⁶, aos camponeses que puderam demonstrar a existência de recursos e residência foi permitido, posteriormente, a migração permanente. Em 1993 os migrantes totalizaram 51 milhões e, em 1995, 80 milhões. Com as reformas do campo do final dos 70, o crescimento da produtividade tornou evidente um gigantesco excedente de força de trabalho rural. Estima-se que em 1995, cerca de 47 milhões de trabalhadores nas áreas urbanas possuíam residência temporária, (na média entre meio e um ano) perfazendo cerca de 4% da população urbana total (MEDEIROS, 2012).

Em meados da década de 1990, a migração interna na China, ou a dita “população flutuante”, movia-se por todo o país. As empresas não estatais e as joint ventures atraíam homens e mulheres das regiões mais pobres para trabalhar com salários baixos que se tornavam altos quando comparados com seus rendimentos em seus locais de origem. Assim, os fluxos migratórios internos chineses se originam nas regiões mais pobres e se destinam às mais prósperas. Igualmente, podemos apontar o aumento da produtividade e a mecanização no campo, crescentes e generalizados após o final da década de 1970, como impulsos dessa migração (OURIQUES, ANDRADE, 2010).

²⁵ Em 1994, 39% do valor adicionado industrial correspondia às empresas estatais, 37,5% as TVEs, 14,9% ao setor privado, e 8,6%. as empresas privadas com investimento estrangeiro (MEDEIROS, 2012)

²⁶ Isso porque, desde 1949 a migração rural-urbana esteve proibida, e ainda mais restrita no momento da Revolução Cultural.

Mesmo o Oeste apresentando uma disponibilidade de matérias-primas superior à da região costeira, a população destes locais vive em condições econômicas mais precárias do que a da região Leste do país. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho. Ainda segundo Ouriques e Andrade (2010), a penetração do capital dentro da agricultura camponesa foi uma das principais razões para que um grande contingente de trabalhadores se tornasse excedente no campo, a migração interna, assim, foi impulsionada por fatores de natureza econômica. E uma das principais consequências deste êxodo rural observado é a expansão dos núcleos urbanos.

Para finalizar esta parte da década de 1990, é importante mencionar que é um equívoco acreditar que o excepcional crescimento do país nesse período foi consequência unicamente da exportação. Isso nos é demonstrado tanto por Ourique e Andrade (2010) como pela revista *The Economist* em um artigo de 2008²⁷. Isso porque, quando as exportações são medidas corretamente, elas representam uma parcela surpreendentemente pequena do crescimento econômico da China. Existe uma significativa diferença entre a forma de medir o PIB e as exportações, as exportações são medidas como receita bruta, enquanto o PIB é medido em termos de valor agregado.

Na realidade, ao se calcular as exportações em termos de valor agregado, a verdadeira participação das exportações é de pouco menos de 10% do PIB. Isso porque, houve uma mudança de exportações da China, de um alto conteúdo doméstico, como brinquedos, para novos setores exportadores que utilizam mais componentes importados. Assim, os produtos eletrônicos representavam 42% do total das exportações de manufaturados em 2006. Mas ainda assim, o conteúdo de eletrônicos é apenas um terço, a metade dos setores tradicionais de manufatura leve. Assim, em termos de valor agregado, as exportações aumentaram muito menos do que as receitas brutas de exportação.

3.3 O TERCEIRO MOMENTO (2000 – 2010)

Finalmente, o último momento aconteceu com a decisão de entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC), que desencadeou uma dinamização voltada para a exportação. A partir dos anos 2000, já com um forte acúmulo de reservas internacionais, a China passou a apoiar intensamente a internacionalização das empresas chinesas, projeto que não estava restrito apenas às empresas estatais (CARVALHO, PIMENTEL, 2017). Passamos agora para o

²⁷ An old Chinese myth. Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2008/01/03/an-old-chinese-myth>

período a partir de 2000 até final de 2010, quando o Estado começou lentamente a implementar projetos baseados em políticas industriais, na visão de Naughton (2010), neste momento também, o país começou a enfatizar seu objetivo de reduzir sua pobreza.

Com a entrada da China na OMC, percebe-se, primeiramente, o aumento das exportações e a ampliação de sua inserção internacional. As exportações cresceram de forma exponencial a partir de 2001 até 2008, quando tiveram uma queda devido à crise financeira mundial, igualmente, a participação da China nas exportações mundiais cresceu com estabilidade ao longo da década de 2010. Também é possível observar a mudança no tipo de produto exportado pelas indústrias chinesas após a entrada do país na OMC, houve uma substituição por itens de tecnologia. Assim, a China não buscou construir ao longo dos anos as bases para a transformação da sua estrutura produtiva (ARAÚJO, et al, 2018).

Nesta década a promoção da mudança estrutural, ocorreu via inovação. Dessa forma houve a criação do sistema nacional de inovação chinês, que se consolidou de maneira robusta e sistêmica, com enorme coordenação entre as políticas industriais, comerciais, de investimento, macroeconômicas (câmbio, juros e fiscal) e com os planos nacionais de desenvolvimento²⁸. A constituição do Sistema Nacional de Inovação foi, então, uma das políticas que prepararam a China para alcançar a mudança estrutural desejada (CARVALHO, PIMENTEL, 2017). Essa condução estatal do processo de desenvolvimento das forças produtivas transborda para a economia e sociedade chinesa.

A China conseguiu transformar qualitativamente sua inserção internacional, por meio do desenvolvimento tecnológico, mudando seu perfil exportador, evoluindo de uma concentração em roupas, brinquedos e sapatos para se firmar como um grande exportador de maquinário e produtos eletrônicos (MEDEIROS, 2013). O governo enfatizou a “inovação nacional” e forneceu financiamento para dezesseis megaprojetos. Esses megaprojetos foram financiados pelo Estado, com um objetivo de política industrial. Incluíam a fabricação reatores nucleares e grandes projetos de aviões civis, trazidos de volta à vida, com maior e com mais recursos do que nunca (NAUGHTON, 2021).

Os recursos financeiros incluíam financiamento direto do governo, empréstimos subsidiados, créditos fiscais acima de 100% para despesas de pesquisa e desenvolvimento, e assim por diante. Um ministério da economia ou banco estadual teria que assumir a liderança em cada um deles, uma vez que apenas os ministérios econômicos estavam em posição de influenciar

²⁸ No caso dos trens de alta velocidade, por exemplo, a tecnologia base usada, o sistema magnético foi desenvolvido pela empresa estatal CRRC.

diretamente o comportamento empresarial. Este programa começou pequeno, mas gradualmente ganhou força. E quando a crise financeira global atingiu o final de 2008, o financiamento foi rapidamente intensificado, sendo sempre as empresas os atores principais no processo de inovação (NAUGHTON, 2021).

É visível a importância do investimento na determinação do crescimento chinês e na consolidação da indústria. Assim, por meio do investimento o Estado proporciona planejamento econômico, que ajudou na consolidação do processo de industrialização de forma relativamente autônoma em relação à ordem internacional. A economia da China é impulsionada não pelas exportações, mas pelo investimento, que representa mais de 40% do PIB. E o investimento não é relacionado apenas às exportações como muitas vezes se supõe, mais da metade de todo o investimento é em infraestrutura e propriedade, apenas 7% do investimento total está diretamente ligado à produção de exportação (The Economist, 2008).

A questão é, portanto, mostrar que a presença do Estado ao viabilizar a formação de capital seja por meio do investimento público ou do direcionamento do investimento externo fez com que, a variável fundamental do crescimento econômico chinês não fosse o drive exportador, ainda que este tenha papel crucial, mas o investimento estatal (MEDEIROS, 2013). O país, por intermédio do aparato estatal pró-industrial, tornou-se peça fundamental na articulação econômica regional, com a importação chinesa de bens intermediários dos países asiáticos, a China buscou liderar, dessa forma, o processo de desenvolvimento asiático tornando-se um centro gravitacional na região (ARAÚJO, et al, 2018).

Vemos assim, neste período da primeira década do século XXI, um crescimento puxado pelo investimento (*investment-led growth*), com a taxa média dos investimentos mantendo-se acima de 40% do PIB em toda a década (NOGUEIRA, 2021). O governo procurou produzir uma ampla estrutura de política de inovação, e também criar uma lista de projetos a serem financiados, ou seja, uma abordagem “de cima para baixo”. A ênfase era colocada no fortalecimento do ambiente geral de inovação, em vez de em qualquer setor específico (NAUGHTON, 2021). O desenvolvimento da inovação busca não apenas agregar valor às exportações, mas também substituir as importações.

A década de 2000 também ganhou uma outra marca de uma gestão macroeconômica keynesiana quando observamos os esforços do governo chinês para elevar a massa de salários da economia. Entre 2004 e 2009, o salário médio real da economia chinesa cresceu 81%, um dos objetivos da gestão do ex-presidente Hu Jintao (2003-2013), que buscava fazer convergir a proteção social, a mediação de conflitos capital-trabalho, e a mudança para um padrão de acumulação centrado na demanda efetiva doméstica via políticas públicas (NOGUEIRA, 2021).

Um mínimo de provimento e proteção social deve ser oferecido para eliminar o conflito social e garantir a harmonia, na visão da autora.

A concentração de renda na China é hoje prioridade central do 11º plano quinquenal (2006-2010), tendo em vista os seus impactos sobre a estabilidade política. Isso, entretanto, não foi um obstáculo à expansão e difusão do consumo moderno. Esse consumo de bens duráveis se deu em meio a grande concentração da renda pessoal, mas, ainda assim, chegou ao mundo rural, graças, possivelmente, ao nivelamento inicial das condições sociais e, posteriormente, ao gradualismo da transição. Dessa forma, a elevação dos salários tende a promover “mudanças a favor de um maior crescimento do mercado interno e maior divisão social do trabalho, com uma maior expansão do setor serviços” (MEDEIROS, 2013).

A resposta da China à Crise Financeira Global foi rápida e decisiva, um grande estímulo fiscal foi rapidamente seguido por uma enxurrada maciça de crédito bancário (MEDEIROS, 2012). Principalmente em políticas fiscais e monetárias “horizontais” para estimular a demanda doméstica e compensar o impacto da rápida queda das exportações. De fato, o apoio do governo central expandiu-se rapidamente para as indústrias de alta tecnologia, enquanto os governos locais começaram a converter os ganhos financeiros inesperados do estímulo em programas de desenvolvimento industrial de longo prazo (NAUGHTON, 2021).

Com este breve resumo, observamos então, que o gradualismo foi, em primeiro lugar, um meio de contornar a resistência política contra as reformas. Além de ser uma abordagem pragmática em um ambiente fortemente distorcido, pelas ondas políticas anteriores, terceiro, a reforma experimental pode ter sido adequada à cultura chinesa como meio de evitar a perda de prestígio: se um experimento não funcionasse, poderia ser abandonado como um experimento, em vez de ser considerado um fracasso de política (HOFMAN, WU, 2009). Foi essa maneira de agir na reforma de seu sistema, que tornou a experiência chinesa única, ponto que muitos observadores entraram em consenso.

A China é uma superpotência tecnológica porque seguiu políticas inteligentes após 1978, políticas que tiveram o papel de medicar e moldar a mercantilização aos interesses da nação, através de investimento em capital humano e físico. Por trás disso, há um projeto autônomo de desenvolvimento nacional encabeçado pelo Partido Comunista Chinês e que levou ao surgimento de um Estado planejador, regulador, provedor, investidor, empreendedor e vigilante (NOGUEIRA, 2021). Finalmente, a ação severa contra a corrupção provavelmente limitou o comportamento oportunista de pessoas de dentro que poderiam ter abusado do sistema recém-formado (MEDEIROS, 2012).

Em resumo, o sucesso da trajetória de desenvolvimento da China é marcante por ter eliminado a possibilidade de uma massa de população rural sem-terra ou miserável no campo. A distribuição igualitária e universal da terra entre a população rural tornou-se a principal forma de proteção social e substituiu o antigo sistema de comunas agrícolas vigente durante o maoísmo. Ao mesmo tempo, a industrialização rural criou uma malha de produção industrial intensiva em mão de obra em todos os cantos do país, absorvendo trabalhadores que saíam da agricultura e internalizaram os impulsos dinâmicos da industrialização. As reformas deram certo do ponto de vista da trajetória de desenvolvimento porque elas começaram por baixo na pirâmide social chinesa.

Talvez o mais importante desse processo tenha sido o Estado e o partido que permaneceram no poder intactos durante as reformas, o que contribuiu para que a China pudesse se concentrar na transição econômica e social em vez de política. Assim, o investimento pesado em capital físico e humano feito antes do início da reforma, foram a base que possibilitou um crescimento tão rápido. As reformas graduais realocaram a capacidade produtiva para um melhor uso. Juntamente com o sistema financeiro que levantou o financiamento substancial necessário para seu crescimento intensivo em capital, junto com uma conta de capital fechada e uma supervisão bancária forte.

A China também cresceu rapidamente porque foi capaz de sustentar suas reformas por longos períodos de tempo, enquanto os processos de reforma de outros países viram mais oscilações do pêndulo, em parte impulsionadas pelo ciclo político. Parte do sucesso da China em sustentar a reforma tem sido sua capacidade de desenvolver a capacidade doméstica de projetar reformas domésticas adequadas às suas condições. Dentro de um cenário político de partido único, a China evitou a captura e concentração de poder construindo instituições dentro do partido e do governo que controlavam o abuso de poder e a corrupção, embora esta última não tenha sido completamente evitada

4. A REDUÇÃO DA POBREZA NA CHINA

A redução da pobreza presenciada na China foi impressionante, nos últimos 40 anos o número de pessoas na China com renda inferior a US \$1,9 por dia²⁹ caiu cerca de 800 milhões³⁰. O país com 1,4 bilhões de pessoas, maior país em desenvolvimento do mundo, sofria há tempo com a pobreza aguda, uma estrutura rudimentar e bastante desigual, o que torna sua conquista

²⁹ Linha Internacional de Pobreza

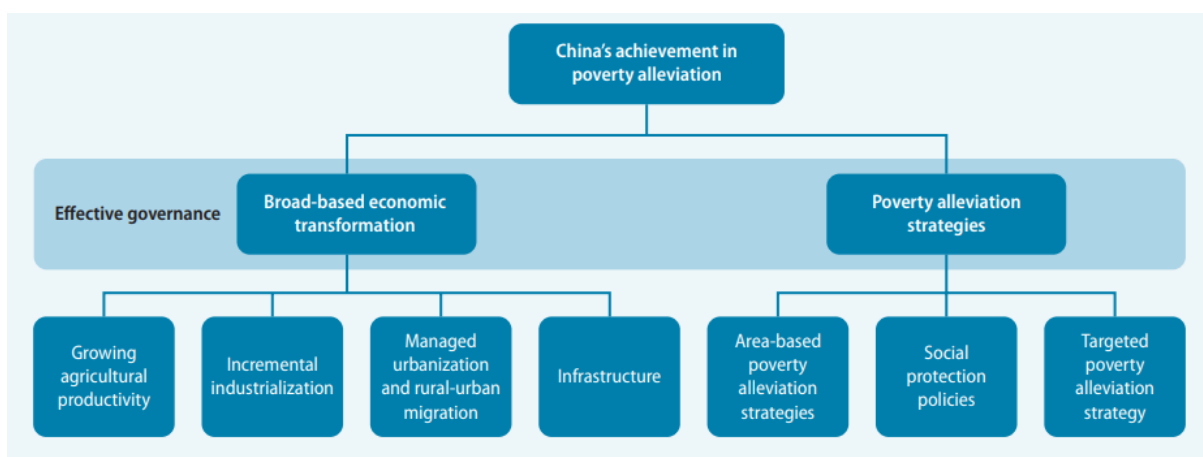
³⁰ Ver: WORLD BANK. Four Decades of Poverty Reduction in China: Drivers, Insights for the World, and the Way Ahead. 2022.

de redução da pobreza bastante notável. O pronunciamento da erradicação da pobreza extrema foi feito em uma grande reunião no dia 25 de fevereiro de 2021, quando o presidente Xi declarou ousadamente que “a vitória na batalha contra a pobreza está completa e a China completou a árdua tarefa de eliminar a pobreza extrema”.

Nesta terceira parte, procuramos sintetizar o processo e os principais promotores de tal conquista. Considerando, que a erradicação da pobreza extrema – primeira meta da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável – 10 anos antes do previsto, é um marco na história da nação chinesa e também para o mundo. Para isso, nós nos apoiamos em documentos oficiais do próprio governo Chinês, e nos relatórios do Banco Mundial e da ONU. Os documentos chineses sobre a erradicação da pobreza, apesar de conter grande quantidade de propaganda do governo são ótimos para conhecermos o curso do esforço chinês, além de apresentar a abordagem da China e compartilhar suas experiências.

A abordagem da China para a redução da pobreza foi baseada em dois pilares, de acordo com o documento emitido pelo Banco Mundial ainda este ano, *Four decades of poverty reduction in china*. Segundo essa pesquisa o primeiro pilar da erradicação visava uma ampla transformação econômica para abrir novas oportunidades econômicas e aumentar a renda média. O segundo foi o reconhecimento por parte do governo de que políticas direcionadas eram necessárias para reduzir a pobreza persistente. Essas políticas foram inicialmente fornecidas a áreas desfavorecidas pela geografia e pela falta de oportunidades e, posteriormente, para famílias individualmente.

Quadro 1 – Dois pilares da redução da pobreza na China



Fonte: BANCO MUNDIAL, 2022.

Como seu crescimento econômico, a redução da pobreza se iniciou em 1978. O rápido desenvolvimento socioeconômico que se seguiu deu um impulso vigoroso à redução da pobreza resultando em um declínio acentuado da grande população pobre rural. Como visto no primeiro

capítulo, as reformas começaram no setor agrícola, onde os pobres se beneficiaram diretamente das melhorias na produtividade associadas à introdução de incentivos de mercado, e do desenvolvimento de indústrias altamente requerentes de mão de obra que criaram empregos.

Também nesse momento ocorreu o desenvolvimento das províncias costeiras, região mais próspera do país, assim, foram criadas as Zonas Económicas Especiais e de Estratégia de Desenvolvimento Costeiro em meados da década de 1980, devendo as províncias do interior subordinar-se a elas. A ideia era que quando as zonas costeiras tivessem se desenvolvido até certo ponto, seriam obrigadas a ajudar o interior. E foi exatamente o que ocorreu, as zonas costeiras cresceram enormemente até terem capacidade de puxar consigo a indústria e comércio do interior.

4.1 A REDUÇÃO A PARTIR DA AGRICULTURA

Como a pobreza da China estava concentrada nas áreas rurais, nas primeiras décadas da reforma, o desenvolvimento agrícola foi o principal motor da redução da pobreza na China. De acordo com algumas estimativas, a contribuição da agricultura para a queda da pobreza entre 1978 e 2001 foi quatro vezes maior que a da indústria ou serviços. A China criou 12.000 marcas locais de agro produtos, e 719.000 cooperativas rurais operadas por agricultores. Um total de 72,6% das famílias pobres formou parcerias no agronegócio. As famílias pobres, também receberam pequenos empréstimos para incentivar o início de negócios que ajudassem a tirar outros da pobreza (WORLD BANK, 2022).

A pobreza evoluiu de um problema generalizado para um problema que aflige determinadas regiões, grupos e populações. Ao longo dos anos, as contribuições regionais para a redução da pobreza mudaram das áreas costeiras para as regiões ocidental e central. Quando o governo iniciou políticas direcionadas para a redução da pobreza nessas regiões específicas. Vamos conhecer algumas dessas políticas, de forma objetiva e resumida.

O sistema de saúde de três níveis, vila, município e condado que foi aprimorado. Todas as populações pobres tiveram acesso a seguro médico básico e seguro de doenças mais graves. A cobertura do seguro médico básico da população pobre está agora acima de 99,9%. Este programa corrigiu a falta de trabalhadores e instituições médicas a nível de município, o que possibilitou que 98% dos condados designados pobres agora tenham pelo menos um hospital de segundo grau. Os hospitais municipais em áreas pobres podem tratar 90% das doenças que os hospitais regionais podem (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2021).

A melhoria da infraestrutura, foi outra ação nesse sentido. Por meio de altos investimentos, novas infraestruturas em áreas pobres impulsionaram seu desenvolvimento social e

econômico. O acesso à eletricidade em áreas pobres foi melhorado por meio de projetos de construção de redes elétricas, modernização de redes elétricas rurais e construção de redes elétricas troncais e canais de transmissão de energia. Agora, áreas mais remotas estão conectadas a redes elétricas e quase todas as áreas rurais desfrutam de um fornecimento de energia estável.

Outro ponto que merece ser mencionado é o esforço do governo por proteger o patrimônio cultural. A China fortaleceu a promoção da cultura tradicional, cultura folclórica e cultura étnica em áreas pobres para manter a riqueza da diversidade cultural, implementando o Plano de Revitalização do Artesanato Tradicional Chinês. Apoiou áreas pobres para desenvolver recursos culturais com características locais, dessa forma, os governos locais em áreas pobres desenvolveram o turismo nessas áreas. Através da proteção e promoção do patrimônio cultural em áreas pobres, a população carente ganhou uma renda adicional, mantendo suas raízes culturais.

Vale mencionar igualmente, as ofertas de subsídios e auxílios específicos para aqueles que mesmo com seus esforços não conseguem sair da pobreza, como é o caso dos grupos mais vulneráveis (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2021). A estrutura de subsídios de subsistência rural foi articulada para que contribuísse com as políticas de redução da pobreza. Os subsídios de subsistência anuais per capita nas áreas rurais aumentaram de USD 300,00 em 2012 para USD 850,00 em 2020, um aumento de 188,3%. Os departamentos responsáveis pela redução da pobreza e assuntos civis comparam os dados e verificam as informações regularmente, para garantir a cobertura total do apoio aos devidos grupos, segundo o governo chinês.

É claro para o Banco Mundial (2022) que o sucesso da China na redução da pobreza, além dessas políticas foi fortemente apoiado por uma governança eficaz. A China foi dotada de um governo capaz e eficaz, que se comprometeu com a meta de redução da pobreza. A China se preocupou com a coordenação entre agências dentro e entre vários níveis de governo³¹ na implementação de políticas e mobilizou partes interessadas não governamentais a cooperar com os objetivos políticos.

Nesse sentido, a China criou e estabeleceu uma rede de gestão da erradicação da pobreza, baseada na estrutura já existente do PCC, onde o governo central assumia o papel de coordenador, os governos provinciais assumindo a responsabilidade geral e os governos municipais e distritais supervisionavam a implementação. Igualmente, a China tratou qualquer corrupção e má conduta na redução da pobreza com rigor e buscou fortalecer a supervisão dos

³¹ O tamanho da China exigia arranjos de implementação descentralizados, com espaço para experimentar as políticas locais.

resultados para garantir resultados sólidos. Para isso, a China melhorou os incentivos para encorajar os funcionários a cumprir responsabilidades e empreender iniciativas (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2021).

Além da bem organizada governança, a China se preocupou em definir corretamente seus objetivos. Segundo o documento oficial sobre a redução da pobreza de 2021, para ajudar os pobres, deve-se saber quem são eles³². As famílias pobres foram identificadas principalmente com base em suas rendas, mas levando em consideração outros fatores, como moradia, educação e saúde. Os indivíduos e vilarejos confirmados como pobres foram então registrados e um arquivo foi criado no sistema nacional de informações. Por meio desse sistema de registro, pela primeira vez na história da redução da pobreza, a China identificou cada indivíduo pobre em cada vilarejo, cada família pobre teve as causas de sua pobreza e suas necessidades registradas no governo. A China desenvolveu assim, uma gestão dinâmica da população pobre³³, sendo capaz de identificar os diferentes tipos de pobreza e suas causas.

Neste ponto é importante observar que as reformas chinesas só puderam gerar uma resposta econômica tão forte e contínua, porque se beneficiou de um conjunto de condições iniciais que diferenciam o país de outras economias³⁴ (WORLD BANK, 2022). A taxa de fecundidade relativamente baixa, a ampla cobertura da educação primária e a distribuição equitativa da terra são um desses diferenciais. O período de reforma econômica da China coincidiu com uma rápida transição demográfica, decorrente da expansão da educação para meninas e do declínio da mortalidade infantil. Além de programas nacionais de planejamento familiar, como o *Wan, Xi, Shao*³⁵, que diminuíram as taxas de natalidade em meados da década de 1960³⁶.

Os motores do crescimento econômico mudaram da agricultura para a indústria e para os serviços ao longo do tempo, um processo natural diante do crescimento econômico do país. Porém, antes de prosseguir com a indústria, vamos listar os principais pontos para o aumento da produtividade agrícola que influenciou fortemente a redução da pobreza na China. Primeiramente, a reforma agrária rural, que criou incentivos para os agricultores aumentarem a produção e usarem a terra com mais eficiência, ao se implantar um novo sistema, a nível nacional,

³² A China tinha uma grande e complexa população pobre, por isso havia a necessidade de desenvolver um conjunto de parâmetros e procedimentos para identificar com precisão a população pobre

³³ A ideia era identificar a raiz do problema e encontrar solução específica, assim, a China adotou medidas categorizadas e direcionadas para reduzir a pobreza.

³⁴ Como economias em transição do Leste Europeu e a antiga União Soviética, bem como outros países de baixa renda no mundo em desenvolvimento.

³⁵ Política que incentivava as mulheres a terem o primeiro filho em idades mais avançadas, que mantivessem um espaçamento maior entre os filhos e que limitasse a quantidade de filhos.

³⁶ Após a adoção dessas práticas a taxa de fecundidade caiu de 6,4 nascimentos por mulher em 1965 para 2,9 em 1978

o Sistema de Responsabilidade Familiar, em que as cooperativas rurais contratavam famílias agrícolas.

Esses contratos se resumiam a que as famílias deviam entregar apenas uma certa cota da produção de suas terras alocadas, e o restante da produção era deixada para elas, podendo ser usada para consumo próprio ou para vender livremente no mercado. No final de 1983, cerca de 94,2% das famílias rurais estavam no novo sistema. Em segundo lugar, a liberalização gradual do mercado agrícola e do sistema de preços que aumentou os lucros dos agricultores e reduziu as perdas advindas da ineficiência locativa. No início do período, os agricultores tinham que vender sua produção ao governo por baixíssimos preços pré-definidos.

Depois de 1978, os preços foram gradualmente liberalizados para incentivar os agricultores a aumentar a produção. Isso, juntamente com o Sistema de Responsabilidade Familiar, melhorou drasticamente os termos de troca dos agricultores e levou a um aumento acentuado na produção e na renda agrícola. Assim, de 1978 a 1995, o índice total de preços dos produtos agrícolas aumentou 428,1%, superando em muito o aumento de 174,7% do índice total de preços no varejo de produtos industriais rurais. Terceiro, as políticas governamentais de apoio tributário e agregado diminuíram em favor da agricultura. Tradicionalmente, o setor agrícola da China era uma fonte importante de tributação e isso continuou durante as primeiras décadas após 1949.

Esses três pontos, o aprofundamento da reforma agrária rural, a liberalização do mercado de produtos e dos sistemas de preços e a redução gradual da carga tributária abriram o caminho para a modernização. No entanto, após o aumento inicial da produtividade depois de 1978, o crescimento da renda rural diminuiu e muitos agricultores tiveram lucros insuficientes para investir em tecnologia moderna e métodos de produção, necessários para seguir crescendo. Por exemplo, na década de 1990, as obrigações fiscais dos agricultores para com o estado consistiam em 3 taxas distritais, 4 impostos agrícolas diferentes e 5 taxas municipais³⁷.

Hoje, as políticas de apoio agrícola da China podem ser comparadas aos países da OCDE, embora apresentem uma parcela relativamente maior de apoio nos preços e medidas relacionadas a insumos ou produtos (WORLD BANK, 2022). Quarto, a modernização do setor agrícola da China foi apoiada por investimentos públicos baseados em pesquisa agrícola, serviços de extensão e infraestrutura de produção. A agricultura tradicional da China era vulnerável ao clima e a desastres naturais, por isso eram necessários investimentos importantes em

³⁷ Estes constituíam um grande fardo, especialmente para os agricultores pobres.

projetos de controle de enchentes, reparação de valas de drenagem de campos, melhoria da estrutura do solo.

4.2 A REDUÇÃO A PARTIR DA ABERTURA

Com estas medidas, pensadas e implementadas pelo governo chinês, se iniciou o processo de redução da pobreza no interior do país. Usando uma combinação de treinamento, metas e incentivos pautados no mercado³⁸ (WORLD BANK, 2022). O que renovou o pensamento dos produtores, que superaram a aversão ao risco e aumentaram consideravelmente sua compreensão das práticas agronômicas modernas. Assim, o investimento maciço em modernização e o estímulo ao desenvolvimento de pesquisa agrícola lograram a integração da produção agrícola nas cadeias de valor.

Nas duas primeiras décadas, de 1980 a 2000, o rápido crescimento econômico da China foi em grande parte impulsionado pelo crescimento da produtividade total dos fatores. O setor agrícola contribuiu com menos de 30% do PIB total em 1978, mas empregou quase 70% da força de trabalho, no entanto, com as reformas implementadas sob a liderança de Deng Xiaoping resultando em mais eficiência para a agricultura, como visto anteriormente, tornou possível a realocação de mão de obra da agricultura para a indústria e os serviços, o que impulsionou ganhos adicionais na produtividade total do país. A acumulação de capital humano e físico apoiou e sustentou ainda mais os ganhos de renda desencadeados pelo processo de reforma.

É interessante notar que juntamente com o objetivo de crescer economicamente, a China procurou alcançar a meta de erradicar a pobreza extrema de seu território³⁹. Assim, em 1994, o governo chinês lançou o primeiro Programa Prioritário de Redução da Pobreza (1994-2000), primeiro programa nacional de redução da pobreza da China com objetivos, metas, medidas e prazos definidos. Comprometendo-se a garantir que as necessidades básicas de 80 milhões de moradores rurais carentes seriam atendidas nos sete anos de 1994 a 2000. O objetivo foi reforçado com a Conferência Nacional sobre Redução da Pobreza Impulsionada pelo Desenvolvimento em 1996.

Na década de 2000, o governo implementou o Programa de Desenvolvimento Ocidental para fechar as lacunas regionais. Redirecionou os recursos governamentais, incluindo investimento em infraestrutura, transferências fiscais e subsídios para regiões atrasadas, priorizando o

³⁸ Políticas que deram uma contribuição fundamental para a modernização agrícola, base de todo o desenvolvimento chinês

³⁹ No início de seu governo Deng Xiaoping emitiu uma declaração de que "pobreza não é socialismo; socialismo significa eliminar a pobreza", e estabeleceu o objetivo de garantir ao povo uma vida moderadamente próspera até o final do século 20 (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2021).

interior do país. Consequentemente, a região Oeste foi responsável por 50% da redução total da pobreza rural entre 2002 e 2007, embora represente menos de um quarto da população do país. Nesse período do início do século, as transferências familiares (remessas) tornaram-se cada vez mais importantes para as famílias rurais (WORLD BANK, 2022). Desde 2013, a pobreza rural caiu abaixo dos 10%⁴⁰ e tornou-se cada vez mais concentrada em áreas remotas nas regiões do oeste e central.

Também, nesse momento, começaram a aumentar as taxas de educação básica nas famílias rurais. Além disso, um novo esquema médico coletivo rural foi testado em 2002 e ampliado em 2006. Para o restante das famílias pobres, a redução da pobreza foi impulsionada pelas crescentes transferências públicas e privadas, e não pelo aumento dos rendimentos do trabalho. Desde 2013, a China revitalizou 108.000 escolas, garantindo que todas as crianças rurais em idade escolar recebam educação infantil e fundamental em suas próprias aldeias (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2021).

De fato, juntamente com as políticas específicas para as áreas rurais, o país, também buscou criar consistentes empregos não agrícolas, aproveitando da sua abundância de mão de obra nas áreas rurais e o aumento da demanda em todo país. A industrialização da China foi fundamental para o sucesso de longo prazo do crescimento econômico e da redução da pobreza no país. De 1978 a 2020, o valor agregado industrial da China aumentou a uma taxa real média anual de 10,3%, trazendo melhores oportunidades de emprego. Com uma oferta massiva de mão-de-obra excedente agrícola barata, bem como um ambiente de negócios cada vez melhor, a China tornou-se um destino de investimento competitivo em escala global.

A alta oferta de mão-de-obra manteve os custos trabalhistas baixos e limitou as pressões de gastos adicionais nas cidades para acomodar as famílias dos trabalhadores migrantes, ao mesmo tempo em que oferecia a mais trabalhadores migrantes rendas significativamente mais altas do que ganhavam em suas aldeias de origem (WORLD BANK, 2022). O aumento dos ganhos e do investimento no “setor moderno”, a indústria e os serviços, nas cidades da China gerou nova demanda por bens de consumo e serviços, por sua vez, incentivando investimentos adicionais e criando novos empregos. O país se preocupou em desenvolver seu próprio mercado, capaz de absorver os trabalhadores e a produção.

Dessa forma, a demanda de exportação foi apenas um dos impulsos da industrialização. Durante o período inicial da reforma, ocorreu uma significativa criação de empregos industriais

⁴⁰ Com base no limite oficial de pobreza de 2010. Ver: WORLD BANK. Four Decades of Poverty Reduction in China: Drivers, Insights for the World, and the Way Ahead. 2022.

nas áreas rurais⁴¹, e se produziu bens com oferta deficiente no mercado interno. De 1978 a meados da década de 1990, as empresas emergentes de cidades e vilarejos (TVEs)⁴² absorveram um grande número de trabalhadores rurais que não eram mais necessários na fazenda à medida que a produtividade agrícola aumentava. O número de TVEs saltou de 1,5 milhão em 1978 para 23 milhões em 1996, a maioria engajada na indústria leve.

Ao longo desse período, as TVEs geraram mais de 130 milhões de empregos e sua contribuição para o emprego rural aumentou de 9,2% para 27,6% (WORLD BANK, 2022). A expansão de oportunidades alternativas ao emprego rural foi um elemento crítico na rápida redução da pobreza rural durante as duas primeiras décadas de reforma e abertura. As razões para essa explosão da atividade empreendedora por meio de TVEs são múltiplas⁴³. Para os trabalhadores agrícolas pobres, os empregos nas TVEs eram atraentes, pois não exigiam que deixassem suas aldeias e terras domésticas, permitindo que os agricultores complementassem sua renda.

Durante os anos 1950-70, a China priorizou a indústria pesada e a segurança nacional e teve pouca interação com a economia mundial. Mas a partir das reformas iniciadas em 1978 a China buscou capitalizar a vantagem comparativa da indústria leve e mais intensiva em mão-de-obra, usando a exportação como impulsionador do investimento e as ZEEs⁴⁴ como plataforma para atrair investimento estrangeiro e tecnologia, ou seja, uma economia mais aberta e em contato com o exterior. As exportações totais de bens do país em 2018 atingiram 2,49 trilhões de dólares, e as exportações de manufaturados aumentaram de 46,5% do total em 1978 para 96% (WORLD BANK, 2022).

A entrada da China na OMC em 2001 acelerou consideravelmente o processo de modernização industrial, transformando a China em uma gigantesca fábrica para a economia global. A participação do comércio exterior no PIB da China aumentou significativamente de 39,6% em 2000 para 63,8% em 2005. Em 2009, o valor das exportações da China atingiu 1,2 trilhão de dólares e substituiu a Alemanha como o maior exportador global. O Banco Mundial (2022) apresenta evidências do impacto positivo da adesão à OMC na renda média das famílias chinesas. As mudanças nos termos de troca beneficiaram predominantemente os consumidores urbanos, as famílias rurais, no entanto, se beneficiaram das novas oportunidades de emprego e das remessas de trabalhadores migrantes.

⁴¹ Até esse momento a indústria e a agricultura usavam tecnologias altamente intensivas em mão de obra.

⁴² Sigla em inglês para Township and Village Enterprises.

⁴³ Vimos esse tema mais profundamente no capítulo 2.

⁴⁴ Zonas Econômicas Especiais estabelecidas nas áreas costeiras do país.

À medida que a industrialização se aprofundou nas décadas que se seguiram à adesão à OMC, os trabalhadores chineses se beneficiaram de mais e melhores oportunidades de trabalho remunerado. O número de funcionários na indústria secundária cresceu de 157 milhões em 2002 para um pico de 232 milhões em 2012, já que a participação no emprego total aumentou de 21,4 para 30,3% (WORLD BANK, 2022). A rápida industrialização trouxe para as cidades trabalhadores mais jovens⁴⁵ de todos os níveis de qualificação.

O emprego assalariado expandiu, de 45% do emprego total em 1988 para 73% em 2013. A mudança para o emprego assalariado foi acompanhada pelo crescimento do setor formal privado, particularmente entre os trabalhadores mais qualificados. A criação de empregos assalariados mais bem pagos, a expansão do nível de escolaridade e o crescimento da base salarial, ajudaram a diminuir a diferença de renda rural-urbana no início dos anos 2000. Os salários médios e medianos cresceram ao longo do período, de 2002 a 2013, o salário médio mensal real mais do que triplicou, aumentando mais rapidamente do que o salário médio mensal.

Juntamente com o crescimento industrial, a rápida urbanização⁴⁶ da população chinesa representou outro fator-chave para a redução da pobreza. A urbanização contribuiu diretamente para a redução da pobreza, melhorando os meios de subsistência, aumentando os rendimentos dos migrantes, e indiretamente, reduzindo a pobreza entre os não migrantes nas áreas rurais. Por ser ampla, a infraestrutura contribuiu para a redução da pobreza em duas frentes (WORLD BANK, 2022).

No entanto, antes de abordarmos as duas frentes, vale conhecer o padrão de urbanização da China. Que foi determinado por políticas específicas que moldaram o crescimento de suas megacidades. O principal instrumento de política nesse sentido é o *hukou*, uma ferramenta administrativa para o movimento populacional⁴⁷. O *hukou* de uma pessoa determina sua autorização de residência, concede a seu titular o direito legal de viver e trabalhar em um determinado local e regula o acesso a serviços governamentais importantes, como seguridade social e educação pública. Em conjunto com o sistema de posse da terra, o *hukou* moldou os padrões de migração, e a composição demográfica dos migrantes (WORLD BANK, 2022).

Primeiramente, a migração dos trabalhadores reduziu a pobreza tanto diretamente, ajudando os trabalhadores migrantes a aumentar seus salários, quanto indiretamente, através da

⁴⁵ A diversificação dos empregos na indústria, atraía os trabalhadores para a construção e os serviços (mais recorrentes para as mulheres).

⁴⁶ As novas oportunidades geradas fora da agricultura, atraíram trabalhadores rurais para áreas urbanas e aumentou a parcela da população urbana.

⁴⁷ Sistema de registro de residência, em que todo cidadão tem de declarar o local de sua residência, especificando se é rural ou urbano. Esse tipo de registro contribuiu para o controle dos fluxos migratórios e a aplicação das políticas para a redução da pobreza.

transferência de remessas, da cidade para o campo. A renda dos migrantes aumentou de forma constante e aceleraram desde meados dos anos 2000. A segunda forma de contribuição para a redução da pobreza é, indiretamente, através da ajuda a renda familiar rural. Dados de uma pesquisa anual em aldeias rurais realizada pelo Ministério da Agricultura indicam que a parcela das remessas dos migrantes na renda total das famílias rurais aumentou de cerca de 40% em 2004 para 55% em 2012.

Como visto em outras partes do mundo, a urbanização não leva automaticamente ao crescimento econômico (WORLD BANK, 2022). Mas no caso da China o que se viu foi uma urbanização gerenciada, focada e direcionada para gerar ganhos múltiplos para famílias rurais migrantes e não migrantes. Contudo, esse processo também acentuou ainda mais a desigualdade de oportunidades⁴⁸, que já existente no país. Diante disso o governo se viu impelido a expandir o investimento em infraestrutura, para criar uma maior e mais aprimorada conexão entre a cidade e o campo, sendo capaz de criar empregos, igualmente, para a população mais pobre (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2021). As intervenções do governo para a redução da pobreza andaram de mãos dadas com os investimentos na infraestrutura.

No início das reformas, as condições iniciais da China em termos de infraestrutura, especialmente infraestrutura de transporte, expunham uma desvantagem significativa. O investimento público em infraestrutura foi, portanto, um fator importante no crescimento econômico da China e na história de redução da pobreza (WORLD BANK, 2022). Indiscutivelmente, foi importante como um catalisador para a integração do mercado doméstico da China, proporcionando aos pobres um melhor acesso aos mercados para vender seus produtos e para suas próprias necessidades de consumo, e permitiu que os ganhos do desenvolvimento liderado pela exportação da China e da urbanização gerenciada fossem compartilhados com as províncias do interior e com as zonas rurais.

O impacto da infraestrutura na redução da pobreza teve vários caminhos. Primeiro, facilitou muito e reuniu o estabelecimento e o desenvolvimento de empresas no interior e nas zonas rurais. Em segundo lugar, a construção e manutenção de infraestrutura, sendo uma indústria de mão-de-obra intensiva, gerou demanda por mão de obra relativamente pouco qualificada⁴⁹. Os investimentos públicos na construção de estradas rurais ou infraestrutura de irrigação foram projetados para beneficiar trabalhadores locais de baixa qualificação, por meio da incorporação de requisitos locais de emprego nos editais de licitação.

⁴⁸ Pois, as migrações decorrentes das novas ofertas de emprego, em grande parte favoreciam os trabalhadores mais qualificados.

⁴⁹ Justamente o que a indústria não tinha conseguido gerar.

Finalmente, o investimento em infraestrutura em água potável, conectividade e energia, particularmente em áreas pobres, melhorou diretamente o acesso a serviços básicos e melhorou o bem-estar das famílias pobres. Além do papel da infraestrutura como base da transformação econômica, também ampliou as oportunidades de emprego para trabalhadores rurais de baixa qualificação. Assim, vemos que o processo de transformação econômica foi facilitado por uma gestão macroeconômica sólida e investimentos públicos em infraestrutura de conectividade, que apoiaram as indústrias e favoreceram a integração do mercado interno.

Ao entrar no século XXI, a China mudou sua estratégia de crescimento econômico e também de redução da pobreza. Toda uma gama de esforços foi direcionada para o desenvolvimento de negócios, treinamento e transferência de mão de obra rural, redução da pobreza por meio de realocação e realocação para o desenvolvimento da economia. A estratégia estatal de desenvolvimento regional foi implementada, o objetivo agora era de desenvolver o oeste do país, revitalizar antigas bases industriais no Nordeste e estimular a ascensão da região central. Estes alcançaram o desenvolvimento coordenado entre as regiões e entre as áreas rurais e urbanas.

Outra política foi a realocação da população pobre de áreas inóspitas. As pessoas que viviam em áreas inabitáveis, sofrendo com condições naturais adversas e sujeitas a desastres naturais frequentes. Por viverem em locais sem perspectiva de melhoras, o governo as transferiu para outras áreas. O governo observou a vontade de cada indivíduo e apenas realocou aqueles que eram elegíveis e concordaram em se mudar, nenhuma coerção foi usada, segundo documentação oficial. Como resultado, mais de 9,6 milhões de pessoas de áreas inóspitas saíram da pobreza por meio da realocação. Suas antigas casas foram transformadas em terras agrícolas ou eco ambiente com a plantação de novas árvores.

A realocação foi um projeto marcante na luta contra a extrema pobreza. Até o final de 2020, a China havia concluído todos os projetos de realocação planejados, construindo 35.000 comunidades de assentamentos e 2,66 milhões de unidades habitacionais para as famílias reatadas. Todos os milhões de indivíduos que foram realocados se mudaram para novas casas. Cerca de 6.100 creches, escolas de ensino fundamental e médio, 12.000 hospitais e centros comunitários de saúde, 3.400 instituições de assistência a idosos e 40.000 espaços culturais foram construídos ou ampliados nos locais de reassentamentos (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2021).

Uma série de medidas de acompanhamento foram adotadas para ajudar a adaptação dos realocados. Estes incluem apoio no emprego, apoio financeiro para todas as pessoas realocadas com capacidade para trabalhar, dessas 73,7% encontraram emprego. Ao final de 2020, 94,1%

das famílias realocadas com membros que têm capacidade para trabalhar estavam empregadas. A preocupação do governo é que para a população reassentada seja garantido renda estável e acesso equitativo aos serviços públicos básicos. Por isso, medidas foram tomadas para assegurar a realocação e reassentamento sem problemas, e garantindo que os envolvidos, também, tenham os meios para melhorar sua condição por si mesmos.

Em 2010, o Comitê Central do PCC e o Conselho do Estado emitiram o plano para a Redução da Pobreza Induzida pelo Desenvolvimento em Áreas Rurais (2011-2020). O esforço de redução da pobreza da China evoluiu de sua missão principal – atender às necessidades básicas dos pobres – para um novo estágio de consolidação dessa conquista, acelerando a redução da pobreza, melhorando o meio-ambiente, e preocupando-se em preencher as lacunas regionais de desenvolvimento. Após o 18º Congresso Nacional do PCC em 2012, a batalha da China contra a pobreza extrema entrou no estágio mais difícil.

Na última década, a estratégia de redução da pobreza da China foi ajustada mais uma vez depois que a nova liderança definiu a redução da pobreza até 2020 como uma das principais prioridades. O esboço de 2011 para a Redução da Pobreza Orientada para o Desenvolvimento nas Áreas Rurais e a estratégia expandida e refinada da “Redução da Pobreza Direcionada” desde 2013 marcaram uma mudança mais decisiva na focalização da pobreza baseada no agregado familiar, ou seja, as políticas agora estavam direcionadas a áreas específicas ainda com famílias necessitadas. Em 2011, novas áreas foram adicionadas à lista de municípios pobres, que atingiu um total de 832.

A estratégia de redução da pobreza direcionada visava ajudar todas as famílias pobres que, todavia, permaneciam abaixo da linha da pobreza nacional. A estratégia abrangia todo o processo, desde a identificação da pobreza até a saída da pobreza, para evitar a volta da pobreza. A estratégia baseia-se em um banco de dados abrangente de famílias alvo e suas necessidades específicas, e com a definição de responsabilidades. Os instrumentos incluíam políticas de desenvolvimento econômico e geração de renda, realocação e reassentamento, proteção e compensação ecológica, educação e seguridade social (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2021).

Dando igual ênfase à redução da pobreza e à eco conservação, a China fortaleceu a restauração ecológica e a proteção ambiental em áreas pobres, e aumentou as transferências governamentais para as principais áreas ecológicas. Assim, o governo usou de compensações por reduções de danos ecológicos e de obtenção de empregos ecológicos como outra ferramenta de redução da pobreza. Pessoas pobres com capacidade para trabalhar foram empregadas em eco trabalho, como guardas florestais, por exemplo. Um total de 1,1 milhão de pessoas pobres

se tornou guardas florestais e 23.000 cooperativas/equipes de reflorestamento para alívio da pobreza foram criadas (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2021).

Neste momento, o governo começou seu trabalho de monitorar as pessoas que saíram da extrema pobreza, para garantir que permanecessem fora. O governo afirmou que as pessoas e os locais só seriam consideradas fora da pobreza quando permanecerem fora dela e não retornarem após um certo período⁵⁰ (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2021). Por isso, vai se encarregar de comprovar regularmente os grupos que acabaram de sair da pobreza, mas cuja posição está longe de ser segura. O intuito é que com o passar do tempo, os recursos utilizados na intensiva redução da pobreza sejam usados para um amplo esforço de revitalização rural.

Para aqueles que podem voltar à pobreza facilmente e aqueles que enfrentam dificuldades para atender às suas necessidades básicas, devido à doença, desastre ou acidente, ou a uma queda acentuada dos rendimentos, o compromisso é detectar precocemente estas tendências e intervir através de medidas de apoio, para que estas pessoas não voltem a cair na pobreza. Para isso o governo se propõe a melhorar a gestão social e ajudá-los a se integrar à sociedade, para que continuem empregados e tenham um futuro promissor (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2021).

Usando a linha da pobreza de US \$1,90 por pessoa em 2011, nota-se que entre 1981 e 2017, em média, havia quase 34 milhões a menos de pobres no mundo a cada ano, com 24 milhões deles vindos da China (WORLD BANK, 2022). A China sozinha responde por quase três quartos da redução total da pobreza extrema global nesse período. O que mostra que o ritmo de redução da pobreza na China tem sido consistentemente mais rápido do que no resto do mundo, considerado como um todo. Todos os elementos padrão da transformação social e econômica estão presentes no caso da China: modernização agrícola, industrialização incremental e urbanização progressiva, bem como integração do mercado interno graças à expansão da infraestrutura de conectividade (WORLD BANK, 2022).

De forma sucinta, o crescimento da China foi impulsionado pela realocação de mão de obra do setor agrícola de baixa produtividade (economia tradicional) para o setor industrial de alta produtividade (economia moderna) (WORLD BANK, 2022). E para terminar esta parte ressaltamos novamente que os governos do Partido Comunista Chines assumiram a responsabilidade de garantir que as pessoas não voltem à pobreza em grande número. Uma vez que, o governo acredita que a pobreza não é predestinada, nem é irreversível, mas com dedicação,

⁵⁰ Para os condados, o tempo determinado foi de cinco anos a partir do dia em que saíram da pobreza.

visão e senso de responsabilidade pode-se fazer progressos constantes para superar a pobreza e alcançar a prosperidade comum (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2021).

Sendo assim, como vimos, todos os esforços de reforma da agricultura, produziram bons resultados na redução da pobreza rural. Processo que foi possível graças à sólida capacidade de governança do Partido Comunista Chinês, que estabeleceu objetivos claros, a serem perseguidos. Aliado a isso a China dispôs, igualmente, de condições internas especiais que possibilitaram resultados tão singulares. Este desenvolvimento aumentou a produtividade agrícola, e permitiu o acúmulo de capital humano e físico, que por sua vez, induziu a industrialização e a criação de serviços absorvidos pela grande massa de mão-de obra advinda do campo.

O país, então, continuou a crescer gerando um processo de urbanização que produziu fluxos migratórios e a melhoria da infraestrutura do país, quando o governo implementou as políticas de realocação das populações de regiões sem perspectiva de crescimento, e com o mesmo afinho, nessas regiões o governo se preocupou em cuidar do meio ambiente. E para manter o fruto de todo esse trabalho e estratégias buscou criar medidas e formas de acompanhar as pessoas saídas da extrema pobreza, para que não voltem à sua antiga condição. Todos estes pontos que foram listados e vistos no desenvolvimento do capítulo contribuíram de alguma forma com a conquista chinesa de erradicar a pobreza extrema de seu território.

Por fim, na China a proporção da população rural pobre que recebe água potável aumentou de 81% em 2013 para 89,2% em 2017. Em termos de infraestrutura, a proporção de famílias pobres em aldeias com TV a cabo aumentou de 79,6% para 96,9% entre 2013 e 2017. Além disso, a proporção de pessoas pobres em aldeias naturais com acesso à Internet cresceu de 41,5% para 87,4% entre 2013 e 2017. Em relação aos serviços públicos, a proporção da população pobre nas aldeias com acesso a serviços de transporte como ônibus, aumentou de 56,1% para 67,5% entre 2013 e 2017; a proporção da população rural pobre nas aldeias com uma clínica de saúde próxima aumentou de 84,4% em 2013 para 92,2% em 2017.9 (PAU-TASSO, MAIA, PAPI, 2022).

Estes dados são resultado de o fato da erradicação da pobreza ser uma das prioridades do Estado, objetivo que sempre esteve presente em planos de desenvolvimento a médio e longo prazos. Diferentemente do assistencialismo tradicional, a China buscou a promoção do desenvolvimento, com táticas mais precisas para impulsionar a melhoria das condições nas áreas pobres e elevar o nível de escolaridade e de qualificação laboral da população carente (PAU-TASSO, MAIA, PAPI, 2022). Assim em 25 de fevereiro de 2021, na Conferência Nacional de Resumo e Comando sobre a Redução da Pobreza, o presidente Xi Jinping declarou que a China

obteve uma vitória abrangente na luta contra a pobreza e completou a árdua tarefa de erradicar a pobreza extrema – uma conquista notável e histórica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vista a recente redução da pobreza mundial, o caso singular chinês de crescimento econômico e a redução da pobreza em seu território, cabe agora sintetizar as principais causas da excepcionalidade chinesa, e sua influência na pobreza mundial⁵¹. Assim, nossas considerações finais são um esforço de observação de alguns dos elementos característicos da China, que cremos ser parte dos motivos para que o país tenha um papel protagonista na redução da pobreza mundial no início deste século. Nos últimos 40 anos, o crescimento econômico da China juntamente a redução da pobreza de seu território são historicamente sem precedentes (WORLD BANK, 2022).

Segundo o relatório de 2022 do Banco Mundial sobre a redução da pobreza na China, entre 1981 e 2017, usando a linha de pobreza internacional (US \$1,90 por pessoa por dia, e PPP de 2011), em média, havia quase 34 milhões a menos de pobres no mundo a cada ano, com 24 milhões deles vindos da China. Assim, a China sozinha responde por quase três quartos da redução total da pobreza extrema global nesse período. Podemos entender essa contribuição, primeiramente, pelo diferente modelo de desenvolvimento do país, uma vez que a China é a maior nação em desenvolvimento do mundo. É clara a convergência entre o Estatismo, herança do período maoísta e a economia de mercado, no modelo de desenvolvimento chinês⁵².

O país se posiciona em todos seus documentos oficiais, como um país em desenvolvimento que se identifica com outras nações em desenvolvimento em termos de pobreza e dificuldades a serem enfrentadas. A China está consciente das suas especificidades, condições distintas a outros países. E assim, lembra que muitos países em desenvolvimento copiaram cegamente ou foram forçados a adotar o modelo ocidental e não alcançaram desenvolvimento econômico ou estabilidade política, mesmo se esforçando em aplicar o modelo copiado os resultados não foram alcançados (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2019).

Nesse sentido, o Partido Comunista da China afirma que a China pretende alcançar o caminho do desenvolvimento pacífico, que vem da profunda herança da civilização chinesa, de ser moderada e defensiva. (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2019). Este posici-

⁵¹ Lembrando que diferente de outros países emergentes a China tem uma história de mais de 5 mil anos.

⁵² Uma condição única que dificilmente pode ser replicada em outros países em desenvolvimento (HUNG, 2018).

onamento evidencia como a China deseja se inserir internacionalmente, e seu modo de relacionamento com outros países. O relatório do “*China and the World in the New Era*” de 2019, é claro ao declarar que “hoje os países estão se tornando uma comunidade unida de interesses compartilhados”. Dessa forma, a China está clara que cooperação e benefício mútuo são as tendências dos tempos, e um futuro de paz desenvolvimento depende dessa cooperação. O documento concluiu dizendo que essa é a maior contribuição da China para a paz e o desenvolvimento mundial.

Sobre esse tema, Giovanni Arrighi em seu livro *Adam Smith em Pequim*, destacou que a China em seu período de reformas e abertura manteve uma forte regulamentação da economia. Embora tenha recebido abertamente os conselhos e a ajuda do Banco Mundial, que seguiam as recomendações do Consenso de Washington, desde o começo das reformas, o país o fez sempre em termos que serviam ao “interesse nacional” chinês e não aos interesses do capital ocidental. A China se preocupou em manter subordinados os interesses capitalistas ao interesse nacional do país (ARRIGHI, 2008). Para o autor, a China conseguiu seguir as recomendações de Adam Smith para a implementação da economia de mercado de forma que esta contribuisse com o interesse nacional, e cita o próprio Smith para evidenciar o caminho percorrido pela China.

Dessa forma, podemos ver que a China construiu um modelo de desenvolvimento que considera a economia aberta de mercado, e a regulamentação necessárias aos interesses nacionais. Esse é um modelo que pode ser perseguido por outras nações, temos assim, um surgimento, liderado pela China, de um caminho para os outros países do mundo não só se desenvolverem, mas também se encaixarem na ordem internacional, de modo a permitir que sejam verdadeiramente independentes, protejam seu modo de vida e suas opções políticas⁵³ (ARRIGHI, 2008). O que vem a confirmar a declaração do governo chinês quando diz que sua maior contribuição para a redução da pobreza no mundo é seu desenvolvimento.

No entanto, não se pode ignorar as imperfeições desse modelo, apesar de não ser o foco deste trabalho. O gritante aumento da desigualdade que veio juntamente com a diminuição da pobreza, são os desafios do modelo proposto pela China (NOGUEIRA, 2011). Segundo o *Asian Development Bank* (2007), a China está no 2º lugar entre os coeficientes Gini mais desiguais da Ásia, o que sugere que, entre 1993 e 2004, o consumo per capita dos 20% mais ricos, foi duas vezes maior do que entre os mais pobres, de 7,1% contra 3,4% de crescimento dos 20% mais pobres do país (medidos em US\$ PPP).

⁵³ O autor chega a citar a expressão “Consenso de Pequim”, para ilustrar mais claramente a ideia de a China liderar um diferente caminho para o desenvolvimento, o caminho que “ajusta o desenvolvimento às necessidades locais” (ARRIGHI, 2008, p 383).

Aqui podemos confirmar que a renda não consegue definir o atendimento mínimo das necessidades humanas, como vimos no capítulo 1. A China teve um aumento na renda per capita, mas também teve um aumento na desigualdade. Isso porque, como visto, a renda não consegue captar aspectos mais subjetivos da pobreza humana, além de não conseguir expor a desigualdade no seu fornecimento. Por isso, Arrighi planta a reflexão sobre se o governo chinês vai conseguir redirecionar o desenvolvimento num sentido mais igualitário. Pois essa teria consequências mais amplas do que apenas a ascensão chinesa. Uma vez que esse modelo de desenvolvimento é especialmente atraente para os países do Sul do globo, por proporcionar um novo paradigma de desenvolvimento. Podendo levar à formação de um novo Bandung, ou seja, uma nova versão da aliança do Terceiro Mundo (ARRIGHI, 2008).

Sendo assim, nessa tendência a experiência da China com a redução da pobreza provou que o desenvolvimento é a maneira mais eficaz de erradicar a pobreza. E também um caminho mais favorável para o Sul do globo. A China está convencida que somente o desenvolvimento pode levar ao crescimento econômico, progresso social e padrões de vida mais elevados para a população. Só o desenvolvimento pode garantir melhor os direitos básicos das pessoas e satisfazer o seu desejo de uma vida melhor.

Uma segunda contribuição da China para a redução da pobreza mundial, além do seu distinto modelo de desenvolvimento, é o seu multilateralismo. Sobre isso a China afirma que busca e defende parcerias que visem o benefício mútuo, e afirma a importância de interesses compartilhados (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2019). Essa questão de interesses compartilhados se vê em suas parcerias, o país fornece não apenas assistência financeira, mas também técnica, pessoal e intelectual aos países em desenvolvimento sem quaisquer restrições políticas, de modo a ajudar os países beneficiários a fortalecer sua capacidade de desenvolvimento independente

A China não exige nenhuma condicionalidade para prestar essa assistência aos parceiros. Sobre essa parceria, o professor Marcos Costa Lima diz que diferente dos Estados Unidos, - a China nunca foi para outras regiões com o discurso de levar democracia e liberdade, interferindo nos assuntos internos e gerando destruição, basicamente o gigante asiático tenta fazer negócios. Não é sensato aplicar a lógica das potências ocidentais à China, uma vez que o país tem um histórico pacífico, no sentido de não ter o interesse de crescer absorvendo território de outras nações (ARRIGHI, 2008). Podemos ver esse empenho para se relacionar observando a quantidade de plataformas para diálogo e cooperação multilaterais fomentadas pela China, uma tentativa de criar espaços onde os assuntos internacionais sejam discutidos e tratados por todos

os países. Vê-se, assim, um esforço por parte do país de buscar uma maior equidade nos diálogos multilaterais e de cooperação nos campos político, econômico, de segurança, cultural e outros.

Para essa cooperação multilateral a China estabeleceu uma série de plataformas multilaterais globais e regionais, como o Fórum do Cinturão e Rota para Cooperação Internacional, a Exposição Internacional de Importação da China, o Fórum sobre Cooperação China-África, o Fórum de Cooperação China-Estados Árabes, o Fórum China-CELAC, o Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), o China-ASEAN Expo, a Expo China-Estados Árabes, a Expo China-África Econômica e Comercial, e a Conferência sobre Diálogo da Civilizações da Ásia.

Também lançou a Iniciativa do Cinturão e Rota para expandir a cooperação regional de alto nível em desenvolvimento econômico e social, e ajudar os países elegíveis a alcançar a redução da pobreza. De acordo com um estudo do Banco Mundial, a iniciativa ajudará 7,6 milhões de pessoas a sair da pobreza extrema e 32 milhões da pobreza moderada nesses países. Ao longo dos últimos 70 anos e mais, a China prestou assistência de várias formas a mais de 160 países da Ásia, África, América Latina e Caribe, Oceania e Europa e organizações internacionais, reduziu ou isentou as dívidas de países elegíveis e ajudou países em desenvolvimento a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (WORLD BANK, 2022).

Assim, a China se insere com vantagem em um mundo que está se movendo rapidamente para a multipolaridade. Pois além de dispor de um grande mercado consumidor, também oferece grandes quantias de investimento e benefícios em suas relações com outros países, o que em países em desenvolvimento gera melhorias na infraestrutura e na economia. Por exemplo, uma pesquisa sobre o investimento chinês na África pela Escola de Estudos Orientais e Africanos (SOAS) da Universidade de Londres mostra que mais de 90% dos funcionários em canteiros de obras e fábricas administradas por empresas chinesas na Etiópia são residentes locais.

Sobre esse relacionamento horizontal da China com outros países, é interessante também conhecer o que Giovanni Arrighi diz sobre a relação de China e Estados Unidos. Para o autor, é bastante claro, apesar das teorias contrárias, que a China tem uma tendência de crescer pacificamente com os EUA⁵⁴, ele explica que da mesma forma que os EUA ascenderam como potência sem uma guerra com a antiga potência, Inglaterra, a China também pode crescer sem um enfrentamento direto com os norte-americanos (ARRIGHI, 2008). No entanto, igualmente,

⁵⁴ René A. Hernández, economista espanhol consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), diz que a estratégia de relacionamento da China inclui os EUA.

importante é lembrar-se que apesar do posicionamento de país em desenvolvimento, a China é a segunda economia do mundo, ou seja, qualquer relação comercial com ela pode ser desproporcional. Ainda mais quando o país procura os avanços da nova revolução tecnológica e da transformação industrial (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2019). A China tem buscado aumentar a tecnologia de seus produtos, que gera uma intensificação do processo de reprimarização, nos termos das relações Centro-Periferia, em países em desenvolvimento (BORGES, VENERO, 2021).

Além dos fóruns para cooperação econômica, a China também lançou projetos internacionais de cooperação para a redução da pobreza. Na Ásia, a China e os países da ASEAN lançaram conjuntamente um plano de redução da pobreza rural e executaram o programa de Projetos de Assistência Técnica de Cooperação de Demonstração para Redução da Pobreza do Leste Asiático (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2019). Na África, a China ajudou os países africanos a construir infraestrutura de conservação de água, escolas técnicas e vocacionais, habitação subsidiada pelo governo e outras instalações, criou zonas de demonstração para cooperação agrícola e realizou projetos de cooperação China-África, hospitais de amizade China-África e a sede do Centro Africano de Controle e Prevenção de Doenças. Na América Latina, a China construiu centros de demonstração de tecnologia agrícola, criou o Centro Internacional de Pesquisa e Treinamento para Educação Rural e outras instituições em cooperação com a UNESCO. Todas essas medidas visam compartilhar sua experiência na redução da pobreza.

Em seus documentos oficiais o governo chinês declara que a China nunca perseguirá a hegemonia ou a expansão, não importando como a situação internacional mude, ou como a China se desenvolva. Como vimos até o momento, e também destacado pelo Banco Mundial em seu relatório *Four Decades of Poverty Reduction in China: Drivers, Insights for the World, and the Way Ahead* de 2022. “A busca da China pelo desenvolvimento pacífico não é uma retórica diplomática, um ato de conveniência ou uma ambiguidade estratégica. Em vez disso, mostra a confiança da China (...) na prática e representa a escolha estratégica inabalável e o compromisso solene da China (ARRIGHI, 2008).

Por fim, também é preciso evidenciar a forte colaboração chinesa com a agenda 2030 da ONU, a terceira contribuição da China para a redução da pobreza mundial. Com o vimos até aqui, percebemos que este é um ponto interessante pois evidencia o posicionamento chinês como uma grande economia mundial, uma mostra de o país não pretende se esquivar de sua responsabilidade como potência mundial. A China está pronta para fortalecer os intercâmbios e a cooperação com outros países na redução da pobreza, apoiar a redução internacional da

pobreza e contribuir mais para a construção de uma comunidade global de futuro compartilhado, livre da pobreza e prospera (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2019).

Para a China, eliminar a pobreza continua sendo o maior desafio que o mundo enfrenta hoje. Por isso, para realizar o objetivo da ONU de acabar com a pobreza extrema até 2030, é fundamental que todos os países façam esforços conjuntos, essa é, mais uma vez, a visão que a China tem para a governança global. Nesse sentido, na convergência diplomática China-ONU para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, notasse o engajamento chinês nos mecanismos tradicionais e novos de governança multilateral, que tem se ampliado (PAUTASSO, MAIA, PAPI, 2022).

Nesse sentido, a China defende que os países desenvolvidos aumentem a assistência aos países em desenvolvimento e que estes aumentem o ímpeto endógeno para o desenvolvimento, de modo a acelerar o processo de redução da pobreza global, para implementar ativamente a Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, e o aprimoramento da cooperação internacional na redução da pobreza, apoiando a ONU e o Banco Mundial e promovendo um modelo mutuamente benéfico de intercâmbio e cooperação internacional na redução da pobreza, é o esforço próprio da China e seu pedido a todos os outros países.

Para a cooperação com os objetivos do milênio, a China participou com intercâmbios e cooperação internacional com outros países e promoveu um novo modelo de cooperação internacional para a redução da pobreza, com respeito e cooperação mutuamente. O governo chinês afirma que essa preocupação de apoiar outras nações em desenvolvimento na redução da pobreza, é uma política desde a fundação da RPC, quando a China começou a prestar assistência a outros países na sua luta pela independência e libertação nacional e pelo desenvolvimento econômico e social. O presidente Xi Jinping anunciou em muitas ocasiões que as medidas práticas da China para a cooperação internacional para o desenvolvimento foram implementadas dentro do cronograma ou estão progredindo de maneira ordenada, seguindo as orientações da ONU. Assim, vê-se que Pequim faz questão de desenhar suas políticas em acordo com a Agenda 2030, e atuou para sua promoção em escala global (PAUTASSO, MAIA, PAPI, 2022).

Juntamente com as agências da ONU na China, o governo chinês convocou sessões do Fórum Global de Redução da Pobreza e Desenvolvimento no Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, para debater os avanços conquistados e expor a estratégia utilizada. A China, também, iniciou o Fórum China-ASEAN sobre Desenvolvimento Social e Redução da Pobreza e o Fórum Internacional sobre Compartilhamento da Experiência de Redução da Pobreza. Organizou uma série de atividades de discussão e intercâmbio, incluindo a Conferência China-

África de Redução da Pobreza e Desenvolvimento, o Seminário Internacional sobre Erradicação da Pobreza e Responsabilidade dos Partidos Políticos e o Fórum Internacional sobre Reforma e Abertura e Redução da Pobreza na China (STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE, 2019).

Apenas entre 2016 e 2020⁵⁵, se erradicou os 4,5% final da população em extrema pobreza, ou cerca de 43 milhões de pessoas. E, assim, em um cenário de pobreza global severa e de desigualdade, a China venceu a batalha contra a pobreza extrema e alcançou a meta de redução da pobreza estabelecida na Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável 10 anos antes do previsto (WORLD BANK, 2022). Essa conquista reduziu significativamente a população pobre do mundo e fez uma importante contribuição para a Agenda 2030. Pois mostrou que era possível tal progresso, atingindo a meta de erradicação da pobreza dentro do cronograma, o que, acelerou muito a redução da pobreza global. (PAUTASSO, MAIA, PAPI, 2022). Por isso, o secretário-geral da ONU, António Guterres, congratulou o presidente chinês Xi Jinping em fevereiro de 2021 por ocasião do anúncio do sucesso da China na luta contra a pobreza extrema⁵⁶.

Como dito, desde a reforma e a abertura do país, a China conduziu uma ampla cooperação com a ONU e o Banco Mundial no campo da redução da pobreza. Mas também recebeu assistência de alguns países desenvolvidos, aprendendo com os conceitos e métodos avançados da comunidade internacional na redução da pobreza. Tudo isso forneceu assistência ao seu esforço de redução da pobreza, seguindo a cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Banco Mundial e outras organizações internacionais. O país já é o 2º que mais contribui para o orçamento da ONU e, de longe, o que mais participa de suas operações de paz, incluindo o Fundo de Paz e Desenvolvimento China-ONU. Ainda com a pandemia, a China ampliou seu protagonismo, anunciando a vacina como “bem público mundial” e auxílio US\$ 2 bilhões para países periféricos. Isso sinaliza que Pequim se engaja na governança mundial, integrando-se às OIs (PAUTASSO, MAIA, PAPI, 2022).

Para concluir, em um balanço das últimas quatro décadas, percebesse a centralidade do crescimento sustentado como força motriz do desenvolvimento da mobilidade social observada na China (WORLD BANK, 2022). Isso quer dizer que não foi decorrência de políticas públicas compensatórias, muito menos sob inspiração da agenda liberalizante. Mas, a China convergiu

⁵⁵ Período do último Plano Quinquenal

⁵⁶ O secretário-geral disse: "Este resultado extraordinário é motivo de esperança e inspiração para toda a comunidade de nações."

com a ONU na implementação da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) dentro de sua estratégia de desenvolvimento nacional, e, mais recentemente, o governo de Pequim busca colher os frutos do cumprimento desta meta para impulsionar sua atuação na governança mundial, ao mesmo tempo em que garante visibilidade às suas realizações.

Isso demonstra um maior engajamento da China na governança mundial, o fato é que a China se tornou uma força poderosa na governança global, inserindo-se através da economia, e mais recentemente, da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável da ONU. Mas ao mesmo tempo, Pequim buscou construir espaços de atuação alternativos⁵⁷ (PAUTASSO, MAIA, PAPI, 2022). Assim, enquanto fortalece seu desenvolvimento econômico e social, a China tem ampliado sua assertividade internacional, de maneira a se posicionar, como um país interessado em assumir responsabilidades na governança mundial. O que possibilitando a influência do país em uma das agendas mais conhecidas e importantes do sistema internacional, a erradicação da pobreza

⁵⁷ Como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (*Asian Infrastructure Investment Bank* – AIIB), por exemplo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Distribuição mundial de renda: as evidências desmentem as teses sobre concentração e divergência econômica. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro, v. XXI, n. 91, p. 64-75, abril-junho, 2007.
- ARAÚJO, Caroline Giusti de. BRANDÃO, Caroline Miranda. DIEGUES, Antônio Carlos. As transformações no modelo de desenvolvimento econômico chinês: de Deng Xiaoping ao período atual. **Economia Ensaios**. Uberlândia, v. 33, n. 1, p. 1-40, 2018.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. Boitemp2008
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990: a pobreza**. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/>. Acesso em: 23 jul. 2022
- BANCO MUNDIAL. **The State of the Poor Paper**. 2017. Disponível em: https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/State_of_the_poor_paper_April17.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022
- BORGES, Fábio; VENERO FERRO, Edith. O protagonismo da China na América Latina e seus impactos no MERCOSUL e na Aliança do Pacífico. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), [s. l.], 2021.
- CARVALHO, Miguel; PIMENTEL, Kaio. La larga marcha: continuidades y rupturas de las estructuras políticas y económicas chinas en el período 1949-2016. In: Cambios políticos, económicos y discursivos en el campo del desarrollo económico. Márgenes. **Revista de economía política**. n. 3. UNGS. 2017
- CRABTREE, James. **Luta contra a pobreza ameaçada pela Covid-19 e desglobalização**. Disponível em: <https://www.scmp.com/>. Acesso em: 6 ago. 2022.
- HOFMAN, Bert; WU, Jinglian. **Explaining China's development and reforms**. 2009.
- HUNG, Ho-fung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, 2018.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China**. 2012.
- NAUGHTON, Barry. **A Ascensão da Política Industrial da China, 1978 a 2020**. Universidade Nacional Autônoma do México, Faculdade de Economia, 2021.
- NOGUEIRA, Isabela. O Estado na China. **Revista Oikos**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 01, p. 6-16, 2021.
- OURIQUES, Helton Ricardo; ANDRADE, Ricardo Sugai de. Desenvolvimento, migração e urbanização na China: notas introdutórias. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21. 2010.
- PAUTASSO, Diego; MAIA, Isis Paris; PAPI, Luciana Pazini. O combate à pobreza: cooperação China-ONU e agenda 2030. **Tensões Mundiais**. v. 18, n. 36, p. 165-181, 2022.

PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano 2010: Edição do 20º Aniversário**. 2010. Disponível em: undp.org/publications. Acesso em: 8 ago. 2022.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE. **China and the World in the New Era**. 2019. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2019-09/27/c_138427541.htm. Acesso em: 13 ago. 2022

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE. **Poverty Alleviation: China's Experience and Contribution**. 2021. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/download/2021-4-6/FullText.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2022

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de sociologia e política**. 2004.

VALÉRIO, Inês. A globalização e o problema da pobreza a nível mundial. **Revista Comunicando**. v. 4, n. 1, p. 11-38, 2015.

WORLD BANK. **Four Decades of Poverty Reduction in China: Drivers, Insights for the World, and the Way Ahead**. 2022. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/bdadc16a4f5c1c88a839c0f905cde802-0070012022/original/Poverty-Synthesis-Report-final.pdf>. Acesso em: 2 ago 2022.